



Processo

TC/016977/2020

Unidade Gestora

P. M. DE LAGOA DO BARRO DO
PIAUI

Tipo de Processo

CONTAS - CONTAS DE GOVERNO

Conselheiro Relator

Revisor

Procurador

Instância

Data da Autuação

04/05/2021

Competência

Objeto

PROTOCOLO GERADO AUTOMATICAMENTE.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL (a)	PREVISÃO ATUALIZADA (b)	RECEITAS REALIZADAS (c)	SALDO (d) = (c - b)
Receitas Correntes (I)	21.747.682,00	21.747.682,00	25.266.548,99	3.518.866,99
Receita Tributária	2.426.822,00	2.426.822,00	7.553.161,09	5.126.339,09
Receita de Contribuições	121.750,00	121.750,00	237.925,55	116.175,55
Receita Patrimonial	274.491,00	274.491,00	13.316,99	-261.174,01
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.000,00	12.000,00	0,00	-12.000,00
Transferências Correntes	18.869.801,00	18.869.801,00	17.380.690,73	-1.489.110,27
Outras Receitas Correntes	42.818,00	42.818,00	81.454,63	38.636,63
Receitas de Capital (II)	3.184.929,00	3.184.929,00	637.461,34	-2.547.467,66
Operações de Crédito	71.366,00	71.366,00	0,00	-71.366,00
Alienação de Bens	71.366,00	71.366,00	0,00	-71.366,00
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.042.197,00	3.042.197,00	637.461,34	-2.404.735,66
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
DÉFICIT (VI)			0,00	
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	454.303,62	454.303,62	
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00		
Superávit Financeiro		454.303,62	454.303,62	
Reabertura de Créditos Adicionais				

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f)	DESPESAS EMPENHADAS (g)	DESPESAS LIQUIDADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	SALDO DA DOTAÇÃO (j) = (f - g)
Despesas Correntes (VIII)	20.378.345,00	21.187.723,89	20.145.440,81	20.067.515,46	20.052.025,46	1.042.283,08
Pessoal e Encargos Sociais	10.284.450,00	12.202.681,00	11.774.318,44	11.774.318,44	11.772.918,44	428.362,56
Juros e Encargos da Dívida	23.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Outras Despesas Correntes	10.070.495,00	8.983.642,89	8.371.122,37	8.293.197,02	8.279.107,02	612.520,52
Despesas de Capital (IX)	3.445.713,00	4.444.012,90	4.347.860,14	4.186.654,34	3.522.378,66	96.152,76
Investimentos	3.184.930,00	4.376.213,90	4.282.230,81	4.121.025,01	3.456.749,33	93.983,09
Inversões Financeiras	71.366,00	382,00	0,00	0,00	0,00	382,00
Amortização da Dívida	189.417,00	67.417,00	65.629,33	65.629,33	65.629,33	1.787,67
Reserva de Contingência (X)	1.108.553,00	0,00				
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	24.932.611,00	25.631.736,79	24.493.300,95	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - BO
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	24.932.611,00	25.631.736,79	24.493.300,95	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
SUPERÁVIT (XIV)			1.410.709,38			
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	24.932.611,00	25.631.736,79	25.904.010,33	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
Reserva do RPPS	0,00	0,00				
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo f= (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	113.491,27	69.653,35	69.653,35	43.837,92	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	113.491,27	69.653,35	69.653,35	43.837,92	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	113.491,27	69.653,35	69.653,35	43.837,92	0,00
EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS	Inscritos		Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo f= (a+b-c-d)	
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	21.251,62	965.093,26	956.057,26	30.135,78	151,84	
Pessoal e Encargos Sociais	17.745,73	371.677,46	371.677,46	17.745,73	0,00	
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	3.505,89	593.415,80	584.379,80	12.390,05	151,84	
Despesas de Capital	10.818,60	108.314,15	106.787,65	12.345,10	0,00	
Investimentos	10.818,60	108.314,15	106.787,65	12.345,10	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	32.070,22	1.073.407,41	1.062.844,91	42.480,88	151,84	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO FINANCEIRO - BF
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

INGRESSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
RECEITA ORÇAMENTÁRIA (I)	25.904.010,33	22.691.430,44
ORDINÁRIA	16.309.032,39	13.820.923,09
Recursos Ordinários	16.309.032,39	13.820.923,09
Recursos Ordinários (FR 001)	16.309.032,39	13.820.923,09
Outros Recursos Não Vinculados (FR 090)	0,00	0,00
VINCULADA	9.594.977,94	8.870.507,35
Recursos Vinculados à Educação	5.208.389,10	5.040.859,53
Transferências do FUNDEB - Controle Unificado (FR 110)		4.618.698,35
Transferências do FUNDEB - 60% (FR 112)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40% (FR 113)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União (FR 114)/ Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 114)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União (FR 115)	0,00	
Transferências do FUNDEB - Exceto Complementação da União (FR 116)	3.466.589,41	
Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 117)	1.145.026,48	
Transferência do Salário-Educação (FR 120)	61.814,63	93.450,72
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (FR 121)	0,23	1,16
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FR 122)	176.456,19	173.417,70
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (FR 123)	143.870,65	153.778,03
Outras Transferências de Recursos do FNDE (FR 124)	631,50	1.513,52
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (FR 125)	214.000,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Educação (FR 130)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Educação (FR 140)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação (FR 190)	0,01	0,05
Recursos Vinculados à Saúde	3.023.230,23	1.922.431,99
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (FR 212)	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (FR 213)	228.113,61	121.481,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FR 214)	2.788.166,62	1.800.950,99
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (FR 215)	6.950,00	0,00
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde (FR 220)	0,00	0,00
Receitas pela Prestação de Serviços Públicos de Saúde (FR 221)	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (FR 230)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Saúde (FR 240)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde (FR 290)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (FR 410)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro (FR 420)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 430)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	516.117,48	445.635,13
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (FR 311)	502.117,48	445.635,13
Transferências de Convênios - Assistência Social (FR 312)	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO FINANCEIRO - BF
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (FR 390)	14.000,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	847.241,13	1.461.580,70
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (FR 510)	114.219,05	780.541,52
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados (FR 520)	304.999,99	100.000,00
Transferência da União Referente a Royalties (FR 530)	113.239,72	112.413,82
Transferência Especial da União (FR 550)	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (FR 610)	9.551,98	11.566,17
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (FR 620)	237.932,65	77.755,57
Recursos Vinculados ao Trânsito (FR 630)	0,00	0,00
Recursos próprios dos consórcios (FR 910)	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) (FR 920)	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos (FR 930)	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências (FR 940)	67.297,74	0,00
Outras vinculações de taxas e contribuições (FR 950)	0,00	0,00
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte (FR 961)	0,00	
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente não faz parte (FR 962)	0,00	
Outras Recursos Vinculados (FR 990)	0,00	379.303,62
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS (II)	6.561.138,45	6.196.982,97
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	6.561.138,45	6.196.982,97
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (III)	3.125.166,59	3.068.663,21
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	239.131,15	113.491,27
Inscrição de Restos a Pagar Processados	679.765,68	1.073.407,41
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.082.089,75	1.798.151,62
Outros Recebimentos Extraorçamentários	124.180,01	83.612,91
Reembolso de Salário Família	30.286,57	16.569,03
Reembolso de Salário Maternidade	41.928,91	58.632,42
Reembolso de Auxílio Natalidade/ Acidente/ Doença	0,00	0,00
Reembolso de Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	51.964,53	8.411,46
Reversão de Ajuste para Perdas/ Red. a Valor Recuperável de Investimentos e Aplicações Temporários	0,00	0,00
Ganho na avaliação de Investimentos e Aplicações Temporários a Valor de Mercado (somente enquanto não realizado o resgate)	0,00	0,00
Demais Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (IV)	2.008.093,86	1.228.161,16
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.005.122,04	1.228.161,16
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.971,82	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	37.598.409,23	33.185.237,78
DISPÊNDIOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
DESPESA ORÇAMENTÁRIA (VI)	24.493.300,95	22.473.790,49
ORDINÁRIA	14.908.611,73	13.767.810,69
Recursos Ordinários	14.908.611,73	13.767.810,69
Recursos Ordinários (FR 001)	14.908.611,73	13.767.810,69
Outros Recursos Não Vinculados (FR 090)	0,00	0,00
VINCULADA	9.584.689,22	8.705.979,80
Recursos Vinculados à Educação	5.386.610,73	5.016.916,91
Transferências do FUNDEB - Controle Unificado (FR 110)		4.538.153,95



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO FINANCEIRO - BF
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Transferências do FUNDEB - 60% (FR 112)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40% (FR 113)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União (FR 114)/ Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 114)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União (FR 115)	0,00	
Transferências do FUNDEB - Exceto Complementação da União (FR 116)	3.605.269,63	
Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 117)	1.114.374,78	
Transferência do Salário-Educação (FR 120)	45.622,92	93.610,92
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (FR 121)	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FR 122)	160.423,19	173.443,33
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (FR 123)	32.920,21	153.984,20
Outras Transferências de Recursos do FNDE (FR 124)	214.000,00	57.724,51
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (FR 125)	214.000,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Educação (FR 130)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Educação (FR 140)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação (FR 190)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	2.587.924,21	2.547.799,49
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (FR 212)	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (FR 213)	250.237,82	132.803,20
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FR 214)	2.337.686,39	2.111.270,63
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (FR 215)	0,00	303.725,66
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde (FR 220)	0,00	0,00
Receitas pela Prestação de Serviços Públicos de Saúde (FR 221)	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (FR 230)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Saúde (FR 240)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde (FR 290)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (FR 410)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro (FR 420)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 430)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	403.450,99	380.081,51
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (FR 311)	394.549,24	380.081,51
Transferências de Convênios - Assistência Social (FR 312)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (FR 390)	8.901,75	0,00
Outras Destinações de Recursos	1.206.703,29	761.181,89
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (FR 510)	235.383,22	462.225,73
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados (FR 520)	306.210,64	98.150,80
Transferência da União Referente a Royalties (FR 530)	59.536,87	116.045,60
Transferência Especial da União (FR 550)	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (FR 610)	95,28	10.087,01
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (FR 620)	226.140,95	74.672,75
Recursos Vinculados ao Trânsito (FR 630)	0,00	0,00
Recursos próprios dos consórcios (FR 910)	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) (FR 920)	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO FINANCEIRO - BF
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Recursos de Alienação de Bens/Ativos (FR 930)	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências (FR 940)	2.479,62	0,00
Outras vinculações de taxas e contribuições (FR 950)	0,00	0,00
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte (FR 961)	0,00	
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente não faz parte (FR 962)	0,00	
Outras Recursos Vinculados (FR 990)	376.856,71	0,00
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS (VII)	6.561.138,45	6.196.982,97
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	6.561.138,45	6.196.982,97
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de Recursos para o RPPS	0,00	0,00
PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS (VIII)	3.312.846,12	2.509.342,28
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	69.653,35	108.560,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.062.844,91	626.488,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.055.546,58	1.654.095,76
Outros Pagamentos Extraorçamentários	124.801,28	120.197,78
Pagamento de Salário Família	31.328,39	20.586,67
Pagamento de Salário Maternidade	45.538,74	91.494,76
Pagamento de Auxílio Natalidade/ Acidente/ Doença	0,00	0,00
Perdas com Alineação de Investimentos/ Ajuste para Perdas/ Red. a Valor Recuperável de Investimentos e Aplicações Temporárias	0,00	0,00
Desembolso de Valores em Trânsito Realizáveis a Curto Prazo	47.934,15	8.116,35
Demais Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE (IX)	3.279.464,66	2.008.093,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229.151,89	2.005.122,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.312,77	2.971,82
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Longo Prazo	0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	37.646.750,18	33.188.209,60

ESPECIFICAÇÃO	EXERCÍCIO ATUAL			EXERCÍCIO ANTERIOR		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária	Saldo (f) = (d - e)
ORDINÁRIA	18.071.652,93	1.762.620,54	16.309.032,39	15.452.147,36	1.631.224,27	13.820.923,09
Recursos Ordinários	18.071.652,93	1.762.620,54	16.309.032,39	15.452.147,36	1.631.224,27	13.820.923,09
Recursos Ordinários (FR 001)	18.071.652,93	1.762.620,54	16.309.032,39	15.452.147,36	1.631.224,27	13.820.923,09
Outros Recursos Não Vinculados (FR 090)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VINCULADA	9.594.977,94	0,00	9.594.977,94	8.870.507,35	0,00	8.870.507,35
Recursos Vinculados à Educação	5.208.389,10	0,00	5.208.389,10	5.040.859,53	0,00	5.040.859,53
Transferências do FUNDEB - Controle Unificado (FR 110)			0,00	4.618.698,35	0,00	4.618.698,35
Transferências do FUNDEB - 60% (FR 112)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40% (FR 113)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União (FR 114)/ Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 114)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União (FR 115)	0,00	0,00	0,00			0,00
Transferências do FUNDEB - Exceto Complementação da União (FR 116)	3.466.589,41	0,00	3.466.589,41			0,00
Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 117)	1.145.026,48	0,00	1.145.026,48			0,00
Transferência do Salário-Educação (FR 120)	61.814,63	0,00	61.814,63	93.450,72	0,00	93.450,72
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (FR 121)	0,23	0,00	0,23	1,16	0,00	1,16
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FR 122)	176.456,19	0,00	176.456,19	173.417,70	0,00	173.417,70



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO FINANCEIRO - BF
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (FR 123)	143.870,65	0,00	143.870,65	153.778,03	0,00	153.778,03
Outras Transferências de Recursos do FNDE (FR 124)	631,50	0,00	631,50	1.513,52	0,00	1.513,52
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (FR 125)	214.000,00	0,00	214.000,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Educação (FR 130)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Educação (FR 140)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação (FR 190)	0,01	0,00	0,01	0,05	0,00	0,05
Recursos Vinculados à Saúde	3.023.230,23	0,00	3.023.230,23	1.922.431,99	0,00	1.922.431,99
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (FR 212)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (FR 213)	228.113,61	0,00	228.113,61	121.481,00	0,00	121.481,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FR 214)	2.788.166,62	0,00	2.788.166,62	1.800.950,99	0,00	1.800.950,99
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (FR 215)	6.950,00	0,00	6.950,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde (FR 220)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas pela Prestação de Serviços Públicos de Saúde (FR 221)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (FR 230)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Saúde (FR 240)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde (FR 290)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (FR 410)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro (FR 420)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 430)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	516.117,48	0,00	516.117,48	445.635,13	0,00	445.635,13
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (FR 311)	502.117,48	0,00	502.117,48	445.635,13	0,00	445.635,13
Transferências de Convênios - Assistência Social (FR 312)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (FR 390)	14.000,00	0,00	14.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos	847.241,13	0,00	847.241,13	1.461.580,70	0,00	1.461.580,70
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (FR 510)	114.219,05	0,00	114.219,05	780.541,52	0,00	780.541,52
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados (FR 520)	304.999,99	0,00	304.999,99	100.000,00	0,00	100.000,00
Transferência da União Referente a Royalties (FR 530)	113.239,72	0,00	113.239,72	112.413,82	0,00	112.413,82
Transferência Especial da União (FR 550)	0,00	0,00	0,00			0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (FR 610)	9.551,98	0,00	9.551,98	11.566,17	0,00	11.566,17
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (FR 620)	237.932,65	0,00	237.932,65	77.755,57	0,00	77.755,57
Recursos Vinculados ao Trânsito (FR 630)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos próprios dos consórcios (FR 910)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) (FR 920)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos (FR 930)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências (FR 940)	67.297,74	0,00	67.297,74	0,00	0,00	0,00
Outras vinculações de taxas e contribuições (FR 950)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte (FR 961)	0,00	0,00	0,00			0,00
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente não faz parte (FR 962)	0,00	0,00	0,00			0,00
Outros Recursos Vinculados (FR 990)	0,00	0,00	0,00	379.303,62	0,00	379.303,62
TOTAL	27.666.630,87	1.762.620,54	25.904.010,33	24.322.654,71	1.631.224,27	22.691.430,44

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

BALANÇO PATRIMONIAL	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
ATIVO		
Ativo Circulante		
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229.151,89	2.005.122,04
Créditos a Curto Prazo	1.479.945,07	1.432.584,21
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Total do Ativo Circulante	4.709.096,96	3.437.706,25
Ativo Não Circulante		
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	18.447.943,17	14.406.918,16
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
Total do Ativo Não Circulante	18.447.943,17	14.406.918,16
TOTAL DO ATIVO	23.157.040,13	17.844.624,41
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Passivo Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	51.712,77	392.395,01
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	678.517,52	716.054,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.046.546,62	1.020.003,45
Total do Passivo Circulante	1.776.776,91	2.128.452,90
Passivo Não Circulante		
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	31.320,24	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****BALANÇO PATRIMONIAL - BP**

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Total do Passivo Não Circulante	31.320,24	0,00
Patrimônio Líquido		
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	21.348.942,98	15.716.171,51
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
Total do Patrimônio Líquido	21.348.942,98	15.716.171,51
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.157.040,13	17.844.624,41
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	3.434.025,32	2.162.033,25
Ativo Permanente	19.723.014,81	15.682.591,16
TOTAL DO ATIVO	23.157.040,13	17.844.624,41
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	2.015.908,06	2.238.960,02
Passivo Permanente	31.320,24	2.984,15
TOTAL DO PASSIVO	2.047.228,30	2.241.944,17
SALDO PATRIMONIAL (III) = (I – II)	21.109.811,83	15.602.680,24
CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
BALANÇO PATRIMONIAL - BP
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Direitos Contratuais	369.958,33	369.958,33
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	369.958,33	369.958,33
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	1.583.599,30	1.583.599,30
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
TOTAL DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	1.583.599,30	1.583.599,30
SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964) FONTES DE RECURSOS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Recursos Ordinários (FR 001)	832.673,10	-438.969,37
Outros Recursos Não Vinculados (FR 090)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Controle Unificado (FR 110)		654.184,41
Transferências do FUNDEB - 60% (FR 112)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - 40% (FR 113)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60% - Complementação da União (FR 114) / Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 114)	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40% - Complementação da União (FR 115)	0,00	
Transferências do FUNDEB - Exceto Complementação da União (FR 116)	78.340,55	
Transferências do FUNDEB - Complementação da União (FR 117)	0,00	
Transferência do Salário - Educação (FR 120)	16.462,98	1.253,54
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (FR 121)	57,97	57,69
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FR 122)	16.036,16	3,16
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (FR 123)	110.961,45	11,10
Outras Transferências de Recursos do FNDE (FR 124)	50.307,18	51.902,43
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (FR 125)	-213.995,63	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Educação (FR 130)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Educação (FR 140)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação (FR 190)	2,94	2,92

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****BALANÇO PATRIMONIAL - BP**UNIDADE GESTORA **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020**

Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais (FR 212)	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (FR 213)	-1.812,98	20.164,83
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FR 214)	521.541,53	-67.176,66
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (FR 215)	12.985,25	6.020,17
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Saúde (FR 220)	0,00	0,00
Receitas pela Prestação de Serviços Públicos de Saúde (FR 221)	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Saúde (FR 230)	0,00	0,00
Royalties do Petróleo Vinculados à Saúde (FR 240)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde (FR 290)	0,00	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (FR 311)	229.715,19	133.358,08
Transferências de Convênios - Assistência Social (FR 312)	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (FR 390)	5.098,25	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Previdenciário (FR 410)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Plano Financeiro (FR 420)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração (FR 430)	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (FR 510)	583.957,74	705.797,94
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados (FR 520)	1.943,42	3.007,68
Transferência da União Referente a Royalties (FR 530)	56.812,65	371.851,92
Transferência Especial da União (FR 550)	0,00	
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (FR 610)	9.595,71	139,01
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (FR 620)	12.216,06	423,56
Recursos Vinculados ao Trânsito (FR 630)	0,00	0,00
Recursos próprios dos consórcios (FR 910)	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde) (FR 920)	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos (FR 930)	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências (FR 940)	0,00	0,00
Outras vinculações de taxas e contribuições (FR 950)	0,00	0,00
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente faz parte (FR 961)	0,00	
Recursos de depósitos judiciais - Lides das quais o ente não faz parte (FR 962)	0,00	
Recursos extraorçamentários (FR 970)	0,00	-1.521.943,33
Recursos extraorçamentários vinculados a precatórios (FR 971)	0,00	



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM

BALANÇO PATRIMONIAL - BP

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Recursos extraorçamentários vinculados a depósitos judiciais (FR 972)	0,00	
Outros recursos extraorçamentários (FR 979)	-904.782,26	
Recursos não classificados - a classificar (FR 980)	0,00	0,00
Outras Recursos Vinculados (FR 990)	0,00	0,00
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	1.418.117,26	-79.910,92

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.553.161,09	6.520.265,16
Contribuições	237.925,55	77.737,85
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	103.193,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.316,99	31.736,26
Transferências e Delegações Recebidas	18.018.152,07	16.199.290,54
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	42.480,88	11.510,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	243.282,13	1.276.989,22
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	26.108.318,71	24.220.722,69
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	11.902.638,16	10.008.847,18
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.848.119,74	9.723.627,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	117.538,55	17.685,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	2.432,67
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	80.000,00	0,00
Tributárias	245.150,23	210.577,07
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	313.713,12	16.500,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	20.507.159,80	19.979.669,66
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	5.601.158,91	4.241.053,03
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS	EXERCÍCIO ATUAL	EXERCÍCIO ANTERIOR
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.553.161,09	6.520.265,16
Impostos	7.500.065,57	6.452.284,83
Taxas	53.095,52	67.980,33
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	237.925,55	77.737,85
Contribuições Sociais	0,00	0,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	237.925,55	77.737,85
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	103.193,66
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	103.193,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.316,99	31.736,26
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	13.316,99	22.532,01
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	9.204,25
Transferências e Delegações Recebidas	18.018.152,07	16.199.290,54
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	18.018.152,07	15.966.290,54
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	233.000,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	42.480,88	11.510,00
Reavaliação de Ativos	0,00	0,00
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	42.480,88	11.510,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	243.282,13	1.276.989,22
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**

UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	243.282,13	1.276.989,22
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	26.108.318,71	24.220.722,69
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS		
Pessoal e Encargos	11.902.638,16	10.008.847,18
Remuneração a Pessoal	9.604.290,79	8.391.871,46
Encargos Patronais	2.147.506,42	1.613.991,57
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	150.840,95	2.984,15
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.848.119,74	9.723.627,74
Uso de Material de Consumo	2.986.868,12	3.263.928,31
Serviços	4.861.251,62	6.459.699,43
Depreciação, Amortização e Exaustão	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	117.538,55	17.685,00
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	13.796,14	8.480,75
Variações Monetárias e Cambiais	62.308,12	0,00
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	41.434,29	9.204,25
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	2.432,67
Transferências Intra Governamentais	0,00	0,00
Transferências Inter Governamentais	0,00	2.432,67
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00

**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ****DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM****DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - DVP**UNIDADE GESTORA **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020**

Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	80.000,00	0,00
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	0,00	0,00
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	80.000,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	0,00	0,00
Tributárias	245.150,23	210.577,07
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	245.150,23	210.577,07
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	313.713,12	16.500,00
Premiações	0,00	16.500,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Incentivos	205.551,50	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	108.161,62	0,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	20.507.159,80	19.979.669,66
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I – II)	5.601.158,91	4.241.053,03

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada

Dezembro(31/12/2020)

CONSOLIDADO

Exercício de 2020

1 of 1

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO			SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		EMIÇÃO	COR. MONET.	RESGATE/AMORTIZ	
ENTIDADES CREDORAS					
CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DEBITO PARCELADO	0,00	96.949,57	0,00	65.629,33	31.320,24
INSTITUTO NACIONAL DA SEGURIDADE SOCIAL COD:2 TP:1 16727230000197		96.949,57		65.629,33	31.320,24
Sub-total	0,00	96.949,57	0,00	65.629,33	31.320,24
TOTAL	0,00	96.949,57	0,00	65.629,33	31.320,24

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 16/04/2021 14:35:27

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 16/04/2021 14:42:42

GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA CRC PI 6137/O-6
354.052.523-84

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI

Exercício de 2020

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante Dezembro(31/12/2020)

1 of 1

CONSOLIDADO

TÍTULOS	SALDO ANTERIOR	MOVIMENTO DO PERÍODO				SALDO P/ O PERÍODO SEGUINTE
		INSCRIÇÃO	BAIXA	TRANSF .RP NAO PROC. LIQ		
				INSCR	BAIXA	
RESTOS A PAGAR - PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2016	14.139,92	0,00	14.139,92	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2017	151,84	0,00	0,00	0,00	0,00	151,84
EXERCÍCIO 2018	17.778,46	0,00	17.778,46	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2019	1.073.407,41	0,00	1.073.407,41	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	0,00	679.765,68	0,00	0,00	0,00	679.765,68
Sub-total	1.105.477,63	679.765,68	1.105.325,79	0,00	0,00	679.917,52
RESTOS A PAGAR - NÃO PROCESSADOS						
EXERCÍCIO 2019	113.491,27	0,00	113.491,27	0,00	0,00	0,00
EXERCÍCIO 2020	0,00	239.131,15	0,00	0,00	0,00	239.131,15
Sub-total	113.491,27	239.131,15	113.491,27	0,00	0,00	239.131,15
DEPÓSITOS E CONSIGNAÇÕES						
CONTRIBUIÇÃO AO RGPS	1.081.659,23	918.847,66	947.423,60	0,00	0,00	1.053.083,29
ENCARGOS SOCIAIS - OUTRAS ENTIDADES	18,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18,00
IMPOSTO SOBRE A RENDA RETIDO NA FONTE - IRRF	37.939,31	314.423,31	260.210,66	0,00	0,00	92.151,96
ISS	3.153,11	5.837,91	5.704,56	0,00	0,00	3.286,46
PENSAO ALIMENTICIA	8.766,96	4.071,53	4.071,53	0,00	0,00	8.766,96
RETCOES - ENTIDADES REPRESENTATIVAS DE CLASSES	8.528,57	1.763,84	884,08	0,00	0,00	9.408,33
RETCOES - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	-121.762,66	805.032,94	804.639,59	0,00	0,00	-121.369,31
OUTROS CONSIGNATARIOS	1.164,14	0,00	0,00	0,00	0,00	1.164,14
OUTROS VALORES RESTITUIVEIS	536,79	32.112,56	32.612,56	0,00	0,00	36,79
Sub-total	1.020.003,45	2.082.089,75	2.055.546,58	0,00	0,00	1.046.546,62
T O T A L	2.238.972,35	3.000.986,58	3.274.363,64	0,00	0,00	1.965.595,29

GILSON NUNES DE SOUSA
PREFEITO
966.508.853-04

GISLANA PORTELA LIMA MARTINS
CONTADORA CRC PI 6137/O-6
354.052.523-84

Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GISLANA PORTELA LIMA MARTINS - 16/04/2021 14:35:28
Assinado Digitalmente via sistema Documentação Web (TCE/PI) - GILSON NUNES DE SOUSA - 16/04/2021 14:42:42

*
*



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

SALDO NÃO APLICADO - FUNDEB EXERCÍCIO ANTERIOR	VALOR
Receitas Recebidas do Fundeb Exercício Anterior (Item 11, Coluna "Receitas Realizadas até o Bimestre (b)" do Exercício Anterior) - (A)	4.618.698,35
Total das Despesas do Fundeb para fins de Limite - Exercício Anterior (Item 19 do MDE do Exercício Anterior) - (B)	4.538.153,95
Percentual do Fundeb Não Aplicado no Exercício Anterior (%) (Conferir se está igual ao Item 19.3 do MDE do Exercício Anterior)	1,74
Recursos Recebidos do Fundeb do Exercício Anterior que Não foram utilizados (A - B)	80.544,40
Máximo Permitido De 5% Não Aplicado no Exercício Anterior (Conforme art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007) - (A x 5%)	230.934,92
Superávit Financeiro, até o máximo de 5%, disponível para aplicação em MDE	80.544,40
Superávit Financeiro, que excede o máximo de 5%, disponível para aplicação em MDE	0,00
APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DO FUNDEB	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta do Fundeb (A)	78.340,55
(-) Obrigações Financeiras do Fundeb (B)	0,00
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida do FUNDEB (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A - B)	78.340,55
Restos a Pagar do FUNDEB Inscritos no Exercício (D) = (E + F)	0,00
FUNDEB 60% (E)	0,00
FUNDEB 40% (F)	0,00
Disponibilidade de Caixa Positiva (G) = (C - D) (Após a Inscrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	78.340,55
Restos a Pagar do FUNDEB Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira (H) (Ocorre quando D > C)	0,00
FUNDEB 60% (I) (Ocorre quando E ≥ C, então (I) = (E - C))	0,00
FUNDEB 40% (J) (Quando E < C, então (J) = (F - (C - E))) (Quando E ≥ C, então (J) = (F))	0,00
APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Educação (A)	1.191.128,12
(+) Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências	1.278.470,08
(-) Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Saúde	87.341,96
(-) Obrigações Financeiras custeadas com Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Educação (B)	0,00
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida de Recursos de Impostos e Transferências (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A - B)	1.191.128,12
Restos a Pagar Inscritos no Exercício vinculados a Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Educação (D)	272.700,64
Disponibilidade de Caixa Positiva (E) = (C - D) (Após a Inscrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	918.427,48
Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira vinculados a Recursos de Impostos e Transferências (H) (Ocorre quando D > C)	0,00

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a) x 100
1 - RECEITA DE IMPOSTOS	2.300.000,00	2.300.000,00	7.500.065,57	326,09
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU	5.000,00	5.000,00	21.575,36	431,51
1.1.1 - IPTU	5.000,00	5.000,00	21.575,36	431,51
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2 - Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos – ITBI	5.000,00	5.000,00	4.220,80	84,42
1.2.1 - ITBI	5.000,00	5.000,00	4.220,80	84,42
1.2.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3 - Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	1.790.000,00	1.790.000,00	7.178.830,64	401,05
1.3.1 - ISS	1.790.000,00	1.790.000,00	7.178.830,64	401,05
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4 - Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	500.000,00	500.000,00	295.438,77	59,09
2 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	12.535.537,00	12.535.537,00	9.488.539,70	75,69
2.1 - Cota-Parte FPM	11.000.527,00	11.000.527,00	7.549.728,56	68,63
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.077.000,00	10.077.000,00	6.925.742,19	68,73
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	450.357,00	450.357,00	311.660,95	69,20
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	473.170,00	473.170,00	312.325,42	66,01



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

2.2 - Cota-Parte ICMS	1.050.000,00	1.050.000,00	1.883.787,67	179,41
2.3 - ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	10.000,00	10.000,00	181,74	1,82
2.5 - Cota-Parte ITR	15.010,00	15.010,00	3.575,77	23,82
2.6 - Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	51.265,96	11,39
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3 - TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	14.835.537,00	14.835.537,00	16.988.605,27	114,51

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4 - RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	131.491,00	131.491,00	3.761,44	2,86
5 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	1.049.111,00	1.049.111,00	383.020,70	36,51
5.1 - Transferências do Salário-Educação	87.558,00	87.558,00	61.796,56	70,58
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	4.000,00	4.000,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	175.000,00	175.000,00	176.376,20	100,79
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	150.000,00	150.000,00	143.733,00	95,82
5.5 - Outras Transferências do FNDE	577.553,00	577.553,00	631,50	0,11
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	55.000,00	55.000,00	483,44	0,88
6 - RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	500.000,00	500.000,00	214.000,00	42,80
6.1 - Transferências de Convênios	500.000,00	500.000,00	214.000,00	42,80
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7 - RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	30.000,00	30.000,00	0,01	0,00
9 - TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	1.710.602,00	1.710.602,00	600.782,15	35,12

FUNDEB				
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10 - RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.322.402,00	2.322.402,00	1.762.620,54	75,90
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	2.015.400,00	2.015.400,00	1.385.148,13	68,73
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	210.000,00	210.000,00	376.757,32	179,41
10.3 - ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	2.000,00	2.000,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR ou ITR Arrecadado Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	3.002,00	3.002,00	715,09	23,82
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	90.000,00	90.000,00	0,00	0,00
11 - RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.954.116,00	3.954.116,00	4.611.615,89	116,63
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	2.839.000,00	2.839.000,00	3.464.462,57	122,03
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	1.110.116,00	1.110.116,00	1.144.511,22	103,10
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	5.000,00	5.000,00	2.642,10	52,84
12 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	516.598,00	516.598,00	1.701.842,03	329,43

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (j) = (e-g)	DIFERENÇA RPMP (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
13 - PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.691.688,00	4.723.330,26	3.881.312,50	82,17	3.881.312,50	82,17	0,00	0,00	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	508.695,00	666.329,39	594.652,84	89,24	594.652,84	89,24	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	3.182.993,00	4.057.000,87	3.286.659,66	81,01	3.286.659,66	81,01	0,00	0,00	0,00
13.3 - (-) Dedução das Despesas de Exercícios Anteriores - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.4 - (-) Dedução das Despesas com Contratações Irregulares - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.5 - (-) Dedução de Demais Despesas Não Pertinentes - 60% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14 - OUTRAS DESPESAS	118.902,00	4.202,00	838.331,91	19.950,78	838.331,91	19.950,78	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	7.100,00	2.100,00	82.547,02	3.930,81	82.547,02	3.930,81	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	111.802,00	2.102,00	755.784,89	35.955,51	755.784,89	35.955,51	0,00	0,00	0,00
14.3 - (-) Dedução das Despesas de Exercícios Anteriores - 40% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.4 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes - 40% (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.5 - (+) Acréscimo de Despesas Não Pertinentes do Fundeb 60% (Despesas excluídas do Fundeb 60% (itens 13.4 e 13.5) e que podem pertencer a Outras Despesas do Fundeb - Fundeb 40%) - (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.810.590,00	4.727.532,26	4.719.644,41	99,83	4.719.644,41	99,83	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES PARA FINS DO LIMITE DO FUNDEB	VALOR								
16 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00								
16.1 - FUNDEB 60%	0,00								



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)	0,00
INDICADORES DO FUNDEB	VALOR
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)	4.719.644,41
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério1 (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %	84,16
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %	18,18
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 +19.2)) %	-2,34
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2019 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	80.544,40
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2020	0,00

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DIFERENÇA RPMP (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
22 - EDUCAÇÃO INFANTIL	715.395,00	735.582,47	739.128,15	100,48	739.128,15	100,48	0,00	0,00	0,00
22.1 - Creche								0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB								0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos								0,00	0,00
22.1.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 - Pré-escola	715.395,00	735.582,47	739.128,15		739.128,15		0,00	0,00	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	515.795,00	668.429,39	677.199,86		677.199,86		0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	199.600,00	67.153,08	61.928,29		61.928,29		0,00	0,00	0,00
22.2.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23 - ENSINO FUNDAMENTAL	5.082.811,00	6.471.140,93	6.444.109,19	99,58	6.444.109,19	99,58	0,00	0,00	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	3.294.795,00	4.059.102,87	4.042.444,55	99,59	4.042.444,55	99,59	0,00	0,00	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.788.016,00	2.412.038,06	2.401.664,64	99,57	2.401.664,64	99,57	0,00	0,00	0,00
23.3 - (-) Dedução das Despesas não Pertinentes (Uso exclusivo do TCE)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24 - ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25 - ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26 - ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27 - OUTRAS	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28 - TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (22 + 23 + 24 + 25 + 26 + 27)	5.803.206,00	7.206.723,40	7.183.237,34	99,67	7.183.237,34	99,67	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	VALOR								
29 - RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	1.701.842,03								
30 - DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	1.114.374,78								
31 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB	0,00								
32 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00								
33 - RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00								
33.1 - Referentes aos Restos a Pagar do FUNDEB	0,00								
33.2 - Referentes aos Restos a Pagar de Recursos de Impostos e Transferências Vinculados ao Ensino	0,00								
34 - CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (44 j)	0,00								
90 - DESPESAS EXECUTADAS NO FUNDEB QUE EXCEDERAM OS RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB ((13.1 e + 13.2 e + 14.1 e + 14.2 e) - 18 - 11 b) (Exclusivo TCE)	108.028,52								
35 - TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29 + 30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 90)	2.924.245,33								
36 - TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22 + 23) - (35))	4.258.992,01								
37 - PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((36) / (3) x 100) % - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	25,07								

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	CONFERÊNCIA RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	DIFERENÇA RPMP (i-j)
			Até o Bimestre (e)	% (f) = (e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h) = (g/d)x100			
38 - DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
39 - DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	97.558,00	46.424,69	45.622,92	98,27	45.622,92	98,27	0,00	0,00	0,00
40 - DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41 - DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	1.502.332,00	639.436,31	621.343,40	97,17	621.343,40	97,17	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 08 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO EN
UNIDADE GESTORA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUI – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

42 - TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (38 + 39 + 40 + 41)	1.599.890,00	685.861,00	666.966,32	97,25	666.966,32	97,25	0,00	0,00	0,00
43 - TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28 + 42)	7.403.096,00	7.892.584,40	7.850.203,66	99,46	7.850.203,66	99,46	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2020 (j)							
44 - RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00							
44.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00							
44.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00							
CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	VALOR	SALÁRIO EDUCAÇÃO							
45 - SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	229.199,60	271,27							
46 - (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	4.608.973,79	61.796,56							
47 - (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	4.823.635,98	45.622,92							
47.1 Orçamento do Exercício	4.719.644,41	45.622,92							
47.2 Restos a Pagar	103.991,57	0,00							
48 - (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	2.642,10	18,07							
49 - (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	17.179,51	16.462,98							
50 - (+) AJUSTES	60.202,07	0,00							
50.1 - (+) Retenções	0,00	0,00							
50.2 - (-) Valores a Recuperar	60.202,07	0,00							
50.3 - (+/-) Outros Valores Extraorçamentários	0,00	0,00							
50.4 - (+/-) Conciliações Bancárias	0,00	0,00							
51 - (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	77.381,58	16.462,98							



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

APURAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADOS A	VALOR
Disponibilidade de Caixa Bruta de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (A)	87.341,96
(-) Obrigações Financeiras custeadas com Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (B)	13.045,00
(-) Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Empenhos Liquidados e Não Pagos no Exercício (e Inscritos em Restor a Pagar Processados)	13.045,00
(-) Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	0,00
(-) Demais Obrigações Financeiras	0,00
(=) Disponibilidade de Caixa Líquida de Recursos de Impostos e Transferências (Antes da Inscrição em Restos a Pagar do Exercício) (C) = (A – B)	74.296,96
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício vinculados a Recursos de Impostos e Transferências Destinados à Saúde (D)	3.090,00
Disponibilidade de Caixa Positiva (E) = (C – D) (Após a Incrição de Restos a Pagar) (Ocorre quando C > D)	71.206,96
Restos a Pagar Não Processados Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira vinculados a Recursos de Impostos e Transferências (H) (Ocorre quando D > C)	0,00

RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITA DE IMPOSTOS (I)	2.300.000,00	2.300.000,00	7.500.065,57	326,09
Receita Resultante do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	5.000,00	5.000,00	21.575,36	431,51
IPTU	5.000,00	5.000,00	21.575,36	431,51
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão de Bens Inter vivos - ITBI	5.000,00	5.000,00	4.220,80	84,42
ITBI	5.000,00	5.000,00	4.220,80	84,42
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	1.790.000,00	1.790.000,00	7.178.830,64	401,05
ISS	1.790.000,00	1.790.000,00	7.178.830,64	401,05
Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	500.000,00	500.000,00	295.438,77	59,09
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	11.612.010,00	11.612.010,00	8.864.553,33	76,34
Cota-Parte FPM	10.077.000,00	10.077.000,00	6.925.742,19	68,73
Cota-Parte ITR	15.010,00	15.010,00	3.575,77	23,82
Cota-Parte IPVA	450.000,00	450.000,00	51.265,96	11,39
Cota-Parte ICMS	1.050.000,00	1.050.000,00	1.883.787,67	179,41
Cota-Parte IPI-Exportação	10.000,00	10.000,00	181,74	1,82
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Desoneração ICMS (LC 87/96)	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (III) = (I + II)	13.912.010,00	13.912.010,00	16.364.618,90	117,63

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	CONFERÊNCIA Restos a Pagar não Processados (h) = (d - e)	DIFERENÇA RPNP (g - h)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100			
ATENÇÃO BÁSICA (IV)	4.679.294,00	4.670.159,15	4.627.698,11	99,09	4.571.460,11	97,89	4.558.415,11	97,61	56.238,00	56.238,00	0,00
Despesas Correntes	4.146.394,00	4.550.943,15	4.520.157,68	99,32	4.463.919,68	98,09	4.450.874,68	97,80	56.238,00	56.238,00	0,00
Despesas de Capital	532.900,00	119.216,00	107.540,43	90,21	107.540,43	90,21	107.540,43	90,21	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (VI)	160.000,00	120.454,37	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	155.000,00	120.454,37	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (VIII)	88.535,00	102.933,71	96.732,61	93,98	96.732,61	93,98	96.732,61	93,98	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	84.535,00	89.933,71	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	4.000,00	13.000,00	10.600,00	81,54	10.600,00	81,54	10.600,00	81,54	0,00	0,00	0,00
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (X)	2.000,00	968.404,17	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	968.404,17	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XI) = (IV + V + VI + VII + VIII + IX + X)	4.929.829,00	5.861.951,40	5.308.827,81	90,56	5.252.589,81	89,60	5.239.544,81	89,38	56.238,00	56.238,00	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE MÍNIMO PARA APLICAÇÃO EM ASPS		DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS (f)								
Total das Despesas com ASPS (XII) = (XI)		5.308.827,81	5.252.589,81		5.239.544,81						
(-) Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício sem Disponibilidade Financeira (XIII)		0,00									



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ – PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

(-) Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (XIV)	0,00	0,00	0,00
(-) Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (XV)	0,00	0,00	0,00
VALOR APLICADO EM ASPS (XVI) = (XII - XIII - XIV - XV - XXXIX)	2.720.903,60	2.717.813,60	2.704.768,60
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x 15% (LC 141/2012)	2.454.692,84	2.454.692,84	2.454.692,84
Despesa Mínima a ser Aplicada em ASPS (XVII) = (III) x % (Lei Orgânica Municipal)	2.454.692,84	2.454.692,84	2.454.692,84
Diferença entre o Valor Aplicado e a Despesa Mínima a ser Aplicada (XVIII) = (XVI) (d ou e) - (XVII)1	266.210,77	263.120,77	250.075,77
Limite não Cumprido (XIX) = (XVIII) (Quando valor for inferior a zero)	0,00		
PERCENTUAL DA RECEITA DE IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS APLICADO EM ASPS (XVI / III)*100 (mínimo de 15% conforme LC nº 141/2012 ou % da Lei Orgânica Municipal)	16,63	16,61	

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26 DA LC 141/2012	LIMITE NÃO CUMPRIDO				Saldo Final (Não Aplicado) (l) = (h - (i ou j))
	Saldo Inicial (no exercício atual) (h)	Despesas custeadas no exercício de referência			
		Empenhadas (i)	Liquidadas (j)	Pagas (k)	
Diferença de limite não cumprido em 2020 (saldo final = XIXd)					0,00
Diferença de limite não cumprido em 2019 (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Diferença de limite não cumprido em Exercícios Anteriores (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DA DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (XX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR										
EXERCÍCIO DO EMPENHO	Valor Mínimo para	Valor aplicado em ASPS	Valor aplicado além do	Total inscrito em RP no	RPNP Inscritos	Valor inscrito em RP	Total de RP pagos	Total de RP a pagar	Total de RP cancelados	Diferença entre o valor
Empenhos de 2020 (regra nova)	2.454.692,84	2.720.903,60	266.210,77	16.135,00	0,00	0,00		16.135,00		266.210,77
Empenhos de 2019 (regra nova)	2.197.158,33	2.604.032,81	406.874,48	149.897,54	0,00	0,00	0,00	-149.897,54	0,00	406.874,48
Empenhos de 2018	1.696.230,77	1.791.268,71	95.037,94	0,00	0,20	0,00	0,00	-17.745,73	0,20	95.037,94
Empenhos de 2017	1.181.257,70	1.291.619,10	110.361,40	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	110.361,40
Empenhos de 2016 e Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-250.075,77	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXI) (soma dos saldos negativos da coluna "v")	0,00									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS ATÉ O FINAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXII) (valor informado no demonstrativo do exercício anterior)	0,00									
TOTAL DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS NO EXERCÍCIO ATUAL QUE AFETARAM O CUMPRIMENTO DO LIMITE (XXIII) = (XXI - XXII) (Artigo 24 § 1º e 2º da LC 141/2012)	0,00									

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS CONSIDERADOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §§ 1º e 2º, DA LC 141/2012	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS				Saldo Final (Não Aplicado) (aa) = (w - (x ou y))
	Saldo Inicial (w)	Despesas custeadas no exercício de referência			
		Empenhadas (x)	Liquidadas (y)	Pagas (z)	
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2020 a serem compensados (XXIV) (saldo inicial = XXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em 2019 a serem compensados (XXV) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em Exercícios Anteriores a serem compensados (XXVI) (saldo inicial igual ao saldo final do demonstrativo do exercício anterior)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS A COMPENSAR (XXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS ADICIONAIS PARA O FINANCIAMENTO DA SAÚDE NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a) x 100
RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS PARA A SAÚDE (XXVIII)	2.176.929,00	2.176.929,00	3.023.230,23	138,88
Provenientes da União	2.136.929,00	2.136.929,00	2.795.116,62	130,80
Provenientes dos Estados	40.000,00	40.000,00	228.113,61	570,28
Provenientes de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS VINCULADAS À SAÚDE (XXIX)	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS (XXX)	151.000,00	151.000,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE (XXXI) = (XXVIII + XXIX + XXX)	2.327.929,00	2.327.929,00	3.023.230,23	129,87

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (ASPS) – POR SUBFUNÇÃO E CATEGORIA ECONÔMICA	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	CONFERÊNCIA Restos a Pagar não Processados	DIFERENÇA RPNP (g - h)
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100			
ATENÇÃO BÁSICA (XXXII)	2.109.394,00	2.033.002,73	2.016.318,38	99,18	1.963.170,38	96,57	1.963.170,38	96,57	53.148,00	53.148,00	0,00
Despesas Correntes	1.615.394,00	2.030.986,73	2.016.318,38	99,28	1.963.170,38	96,66	1.963.170,38	96,66	53.148,00	53.148,00	0,00
Despesas de Capital	494.000,00	2.016,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XXXIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUPORTE PROFILÁTICO E TERAPÊUTICO (XXXIV)	130.000,00	88.375,50	88.375,50	100,00	88.375,50	100,00	88.375,50	100,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	125.000,00	88.375,50	88.375,50	100,00	88.375,50	100,00	88.375,50	100,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XXXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XXXVI)	86.535,00	89.933,71	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	84.535,00	89.933,71	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	86.132,61	95,77	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
 DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL – DFAM
 ANEXO 12 - DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - AS
 UNIDADE GESTORA - PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ - PERÍODO 01/01 - 31/12/2020

ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XXXVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XXXVIII)	2.000,00	796.404,17	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	0,00	0,00
Despesas Correntes	2.000,00	796.404,17	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	397.097,72	49,86	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS NÃO COMPUTADAS NO CÁLCULO DO MÍNIMO (XXXIX) = (XXXII + XXXIII + XXXIV + XXXV + XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	2.327.929,00	3.007.716,11	2.587.924,21	86,04	2.534.776,21	84,28	2.534.776,21	84,28	53.148,00	53.148,00		0,00
DESPESAS TOTAIS COM SAÚDE EXECUTADAS COM COM RECURSOS PRÓPRIOS E COM RECURSOS TRANSFERIDOS DE OUTROS ENTES	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		DESPESAS PAGAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	CONFERÊNCIA Restos a Pagar não Processados (h) = (d - e)	DIFERENÇA RPNP (g - h)	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c) x 100	Até o Bimestre (e)	% (e/c) x 100	Até o Bimestre (f)	% (f/c) x 100				
ATENÇÃO BÁSICA (XL) = (IV)	4.679.294,00	4.670.159,15	4.627.698,11	99,09	4.571.460,11	97,89	4.558.415,11	97,61	56.238,00	56.238,00	0,00	
ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL (XLI) = (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
SUporte profilático e terapêutico (XLII) = (VI)	160.000,00	120.454,37	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	120.454,37	100,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA SANITÁRIA (XLIII) = (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA (XLIV) = (VIII)	88.535,00	102.933,71	96.732,61	93,98	96.732,61	93,98	96.732,61	93,98	0,00	0,00	0,00	
ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (XLV) = (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
OUTRAS SUBFUNÇÕES (XLVI) = (X)	2.000,00	968.404,17	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	463.942,72	47,91	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (XLVII) = (XI)	4.929.829,00	5.861.951,40	5.308.827,81	90,56	5.252.589,81	89,60	5.239.544,81	89,38	56.238,00	56.238,00	0,00	
(-) Despesas executadas com recursos provenientes das transferências de recursos de outros entes	2.327.929,00	3.007.716,11	2.587.924,21	86,04	2.534.776,21	84,28	2.534.776,21	84,28	53.148,00	53.148,00	0,00	
TOTAL DAS DESPESAS EXECUTADAS COM RECURSOS PRÓPRIOS (XLVIII)	2.601.900,00	2.854.235,29	2.720.903,60	95,33	2.717.813,60	95,22	2.704.768,60	183,57	3.090,00	3.090,00	0,00	

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).



Tribunal de Contas do Estado do Piauí
Secretaria de Controle Externo - Secex
Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ



2020

Relatório das Contas de Governo Municipal



SECRETARIA DE CONTROLE EXTERNO

DIRETORIA DE FISCALIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Processo	TC/016977/2020	Relatório Nº 112/2020
Assunto	Prestação de Contas de Governo do Exercício de 2020	
Interessado	Município de Lagoa do Barro do Piauí	Pop: 4523 hab. Coef. 0.6
PREFEITO	Gilson Nunes de Sousa	
Relator.....	Jaylson Fabianh Lopes Campelo	
Procurador	Leandro Maciel do Nascimento	

Conselheiros:

- Lilian de Almeida Veloso Nunes Martins (Presidente)
- Kleber Dantas Eulálio (Vice-Presidente)
- Abelardo Pio Vilanova e Silva (Ouvidor)
- Joaquim Kennedy Nogueira Barros (Corregedor)
- Flora Izabel Nobre Rodrigues (Controlador)
- Olavo Rebelo de Carvalho Filho (Presidente 1ª Câmara)
- Waltânia Maria Nogueira de Sousa
Leal Alvarenga (Presidente 2ª Câmara)

Conselheiros Substitutos:

- Alisson Felipe de Araújo
- Delano Carneiro da Cunha Câmara
- Jackson Nobre Veras
- Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Ministério Público do Tribunal de Contas – TCE/PI:

- José Araújo Pinheiro Júnior (Procurador-Geral)
- Leandro Maciel do Nascimento
- Márcio André Madeira de Vasconcelos
- Plínio Valente Ramos Neto
- Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa

Visão: Ser reconhecida como instituição essencial e de excelência no controle e aperfeiçoamento da administração pública em benefício da sociedade;

Missão: Contribuir para o aprimoramento da administração pública mediante o controle da efetiva aplicação dos recursos públicos em benefício da sociedade piauiense;

Valores: Sustentabilidade, Transparência, Ética, Inovação, Profissionalismo, Responsabilidade Social, Independência, Excelência de Desempenho e Valorização das Pessoas.

Base normativa: Constituição Federal; Lei Complementar 101/2000 (LRF); Art. 32 §1º da Constituição Estadual; Art. 2º, II da Lei Estadual nº 5.888/2009 ([LOTCE](#)); Art. 1º, II da Resolução n.º 013/2011 ([RITCE](#)) e [Instrução Normativa TCE/PI nº 07 de 19 de dezembro de 2019](#).



LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Tabelas:

Tabela 1 - Aprovação e prazos de entrega ao TCE/PI dos Instrumentos de Planejamento:	9
Tabela 2 - Encaminhamento das prestações de Contas Mensais ao TCE/PI	9
Tabela 3 – Peças não enviadas ao TCE/PI nas prestações de Contas	10
Tabela 4 - Alterações do Orçamento Inicial (R\$)	11
Tabela 5 - Alterações Orçamentárias X Origem de Recursos.....	11
Tabela 6 - Receita Arrecadada x Receita Prevista:	12
Tabela 7 - Evolução da receita nos últimos 3 exercícios (Receita Total Arrecadada):	13
Tabela 8 - Receita Arrecadada x Receita Prevista por Categoria e Econômica e Origem:	13
Tabela 9 - Receita Corrente Líquida Apurada:	14
Tabela 10 - Discriminação da Receita Tributária:	14
Tabela 11 - Comportamento da Receita Tributária Arrecadada nos últimos 4 exercícios versus Receita Efetiva e Receita Total arrecadada:.....	15
Tabela 12 – Evolução da arrecadação da Receita Tributária e COSIP nos últimos 3 exercícios:	15
Tabela 13 - Receitas de Impostos e Transferências:	16
Tabela 14 – Despesa Fixada x Despesa Empenhada:	17
Tabela 15 - Demonstração da Despesa Autorizada e Executada.....	17
Tabela 16 - % de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):.....	17
Tabela 17 - Comportamento do limite de despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino nos últimos 3 exercícios:	18
Tabela 18 - Contribuição para a formação do FUNDEB:	18
Tabela 19 - Recursos recebidos do FUNDEB:.....	18
Tabela 20 - Despesas do FUNDEB:	19
Tabela 21 - Indicadores e Limites do FUNDEB:	19
Tabela 22 - Gastos com os profissionais do Magistério:.....	20
Tabela 23 - Comportamento de gastos com profissionais do magistério nos últimos 3 exercícios:.....	20
Tabela 24 - % de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):.....	20
Tabela 25 - Comportamento do % das Receitas de Impostos e Transferências com Ações e Serviços Públicos de Saúde nos últimos 3 exercícios:	20
Tabela 26 - Especificações da despesa com Pessoal e percentual aplicado:.....	21
Tabela 27 - Comportamento do limite da Despesa Total com Pessoal nos últimos 3 exercícios:	21
Tabela 28 – Receita Efetiva (2020 e 2019):.....	22
Tabela 29 - Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO:.....	22
Tabela 30 - Quociente de Disponibilidade Financeira para Pagamento de Restos a Pagar:	23
Tabela 31 - Quadro Comparativo do Cumprimento das Metas Fiscais:	24
Tabela 32 - Balanço Orçamentário:	25
Tabela 33 - Balanço Financeiro:	26
Tabela 34 - Balanço Patrimonial:.....	27
Tabela 35 - Superávit/Déficit Financeiro:	28
Tabela 36 - Quociente da Situação Financeira - QSF:.....	28
Tabela 37 - Demonstração das Variações Patrimoniais:	29
Tabela 38 - Demonstração da Dívida Fundada Interna:	30
Tabela 39 - Demonstração da Dívida Flutuante:.....	30
Tabela 40 - Quociente do Limite de Endividamento - QLE:	30
Tabela 41 - Quadro do Quociente da Dívida Pública Contratada - QDPC:	31



Tabela 42 - Comparativo da Distorção Idade Série Anos Iniciais e Finais nos quatro últimos exercícios:	32
Tabela 43 - Faixa de Resultado X Critérios:	33

Lista de Gráficos:

Gráfico 1 - Evolução da Receita Total Arrecadada nos últimos 3 exercícios:	13
Gráfico 2 - Composição da Receita Tributária	14
Gráfico 3 - Comportamento da Receita Tributária Arrecadada (A) X Receita Efetiva (B) e % (A/B) nos últimos 4 exercícios:	15
Gráfico 4 - Evolução da arrecadação da Receita Tributária e COSIP nos 3 últimos exercícios:	16
Gráfico 5 - Comportamento da Distorção Idade Série nos Anos Iniciais e Finais:.....	32



SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	7
2 – CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL.....	8
2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM.....	8
2.2 Produto Interno Bruto – PIB	8
2.3 Trabalho e Renda	8
3 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO.....	9
3.1 Instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA)	9
3.2 Ingresso das Prestações de Contas Mensais.....	9
3.3 Ingresso da Prestação de Contas Anual	10
3.4 Peças Ausentes	10
4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL.....	10
4.1 Instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA)	10
4.1.1 Previsão da receita e fixação da despesa	11
4.1.2 Alterações Orçamentárias	11
4.1.2.1 Do quadro acima foi constatada a publicação de decretos fora do prazo.....	12
4.2.1 Receitas	12
4.2.1.1 Receita total arrecadada.....	12
4.2.1.2 Receita por Categorias Econômicas e Origem.....	13
4.2.1.3 Receita Corrente Líquida	14
4.2.1.4 Receita Tributária e COSIP.....	14
4.2.1.5 Receita proveniente de impostos e transferências	16
4.2.2 Despesas	16
4.2.2.1 Comparativo entre despesa fixada e a executada.....	16
4.2.2.2 Despesa com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino - DMDE	17
4.2.2.3 FUNDEB.....	18
4.2.2.3.1 Contribuição para a formação do FUNDEB	18
4.2.2.3.2 Recursos recebidos do FUNDEB	18
4.2.2.3.3 Despesas do FUNDEB.....	19
4.2.2.3.4 Indicadores e limites do FUNDEB	19
4.2.2.3.5 Gastos com os profissionais do Magistério.....	20
4.2.2.4 Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde - DASPS	20
4.2.2.5 Despesa de Pessoal do Poder Executivo.....	21
4.2.2.6 Repasse para Câmara Municipal	21
4.2.3 Resultado Orçamentário.....	22
4.2.4 Equilíbrio Financeiro.....	23
4.2.5 Cumprimento das Metas Fiscais.....	23
Fonte: <i>Resultado conforme Sagres Contábil – peça x fls. x e x.....</i>	24
5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - APRECIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO.....	24
5.1 Verificação da Integridade dos Demonstrativos Contábeis	24
5.1.1 Do Balanço Orçamentário	25
5.1.2 Do Balanço Financeiro	26
5.1.3 Do Balanço Patrimonial	27
5.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais	29
5.2 Demonstração da Dívida Fundada Interna.....	29
5.3 Demonstração da Dívida Flutuante.....	30
5.4 Limite de endividamento (QLE) e contratação de operações de créditos (QDPC)	30
6 RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL	31
6.1 Distorção Idade Série.....	31



6.2 Avaliação Portal da Transparência.....	32
7 RESUMO	34
7.1 Resumo dos limites legais e bases de cálculo:	34
7.2 Resumo das ocorrências	34
8 CONCLUSÃO.....	35



1 – INTRODUÇÃO

O presente processo trata da análise das contas consolidadas prestadas pelo **Município de Lagoa do Barro do Piauí** referente ao exercício de 2020, com foco nas áreas temáticas Governança e Gestão orçamentária, financeira e patrimonial, conforme Plano Anual de Controle Externo – PACEX (2021/2022), TC/010467/2020 visando subsidiar a emissão de Parecer Prévio sobre as Contas de Governo apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Este relatório foi elaborado por amostragem com base nas informações encaminhadas, via Sistemas Internos (Sagres Contábil, Sagres Folha, Documentação Web, publicações do DOM e órgãos oficiais), apuradas em conformidade com as normas e procedimentos de auditoria aplicáveis à Administração Pública, [Instrução Normativa/TCE nº 07/2019 \(IN/TCE\)](#), [Resolução TCE/PI nº 13/2020, de 10 de dezembro de 2020](#), e demais critérios contidos na legislação vigente.

As análises realizadas estão distribuídas conforme sequência de apresentação a seguir:

Item 1. Introdução;

Item 2. Conjuntura Econômica e Social – Apresenta dados do cenário econômico e social do Município de Campo Alegre do Fidalgo;

Item 3. Prestação de Contas do Município – Trata do ingresso das peças orçamentárias e prestações de contas mensais e anual;

Item 4. Execução Orçamentária, Financeira e Fiscal – Constam avaliações dos instrumentos de planejamento, previsão da receita e fixação da despesa, publicação dos decretos, análise do desempenho orçamentário e teto dos gastos públicos;

Item 5. Análise das demonstrações contábeis – trata da análise do Balanço Geral do Município de Lagoa do Barro do Piauí.

Item 6. Resultado do Desempenho Governamental – constam avaliações do Indicador da Taxa de Distorção Idade-Série e do Portal da Transparência;

Item 7. Limites legais, bases de cálculos e resumo das ocorrências;

Item 8. Conclusão.



2 – CONJUNTURA ECONÔMICA E SOCIAL

O Município de Lagoa do Barro do Piauí está inserido na Microrregião Alto Médio Canindé.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE¹, a área territorial do município é de 1329,094 km². A população do último censo em 2010 foi de 4.523 habitantes e a população estimada para o município em 2021 é de 4.658 habitantes, apresentando densidade demográfica de 3,58 hab/ km².

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é uma medida composta de indicadores de três dimensões do desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda. O Índice varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano.

Com base nos dados do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, disponibilizados na plataforma Atlas Brasil², o município de Lagoa do Barro do Piauí apresenta Índice de Desenvolvimento Humano de 0,502, em **2010** (último período avaliado), o que o situa na faixa de Desenvolvimento Humano BAIXO.

2.2 Produto Interno Bruto – PIB

Conforme o IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais, produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano, sendo um indicador de fluxos de novos bens e serviços finais produzidos durante um período.

O PIB é, contudo, apenas um indicador síntese de uma economia. Ele ajuda a compreender uma realidade, mas não expressa importantes fatores, como distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde. De acordo com dados mais recentes (2018) o **PIB per capita** do município de Lagoa do Barro do Piauí é de **R\$ R\$ 38.007,17** (trinta e oito mil e sete reais e dezessete e centavos).

2.3 Trabalho e Renda

Com relação ao trabalho e rendimento, em 2019 o município apresentava salário médio mensal **2,4** salários mínimos, com uma proporção de **17,9%** de pessoas ocupadas em relação à população total. Comparando com os outros Municípios do Estado, ocupava a **4º** posição de 224.

¹ Dados disponíveis em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pi/lagoadobarropiaui/>

² Link para acessar a plataforma Atlas Brasil: <http://www.atlasbrasil.org.br/>



3 PRESTAÇÃO DE CONTAS DO MUNICÍPIO

Prefeito Municipal: Gilson Nunes de Sousa

Período do Mandato: 01/01 – 31/12/2020

Responsável Contábil: Gislana Portela Lima Martins CRC 6137/0-6

Controlador: Marcia Dias Ribeiro

Este item trata dos prazos de ingresso das peças orçamentárias, prestações de contas mensais e prestação de contas anual a esta Corte de Contas.

3.1 Instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA)

A tabela a seguir apresenta as leis, datas de aprovação e entrega ao TCE/PI dos instrumentos de planejamento.

Tabela 1 - Aprovação e prazos de entrega ao TCE/PI dos Instrumentos de Planejamento:

Peça	Lei	Data da Publicação	Data de Entrega ao TCE	Prazo Legal	Dias de Atraso
Anexo de Metas Fiscais	191	18/06/2019	03/01/2020	15/01/2020	0
Anexo de Riscos Fiscais	191	18/06/2019	03/01/2020	15/01/2020	0
LDO	191	18/06/2019	03/01/2020	15/01/2020	0
LOA	201	20/12/2019	03/01/2020	15/01/2020	0
PPA	195	18/11/2019	03/01/2020	17/01/2020	0
Total					0
Média					0

Fonte: DOM encaminhado via documentação Web.

Fundamentação Legal: art. 33, inciso II, CE/89, Emenda nº 006/96 e art. 12º da Instrução Normativa TCE nº 09/2018.

As informações apresentadas demonstram a situação da entrega das peças orçamentárias apuradas no momento da geração deste Relatório, podendo sofrer alterações posteriores.

3.2 Ingresso das Prestações de Contas Mensais

O **Prefeito Municipal**, responsável pelo envio da prestação de contas mensal, apresentou ao Tribunal de Contas, a referida documentação, nos prazos indicados:

Tabela 2 - Encaminhamento das prestações de Contas Mensais ao TCE/PI

Período	Prazo Legal	Sagres-Contábil		Sagres Folha		Média Atraso
		Entrega	Atraso	Entrega	Atraso	
Janeiro	01/06/2020	28/05/2020	0	05/05/2020	0	0
Fevereiro	15/06/2020	29/05/2020	0	03/06/2020	0	0
Março	29/06/2020	24/06/2020	0	25/06/2020	0	0
Abril	13/07/2020	06/07/2020	0	06/07/2020	0	0
Mai	17/08/2020	29/07/2020	0	29/07/2020	0	0
Junho	14/09/2020	24/08/2020	0	31/08/2020	0	0
Julho	13/10/2020	06/10/2020	0	29/09/2020	0	0
Agosto	03/11/2020	28/10/2020	0	28/10/2020	0	0
Setembro	30/11/2020	24/11/2020	0	20/11/2020	0	0
Outubro	04/01/2021	21/12/2020	0	16/12/2020	0	0
Novembro	01/02/2021	25/01/2021	0	26/01/2021	0	0
Dezembro	08/03/2021	22/03/2021	0	22/02/2021	0	0
M13 (13º Salário)	08/03/2021	Não se aplica	Não se aplica	23/02/2021	0	0

Fonte: Sistema/TCE – Sagres Contábil e Documentação Controle (Web)



As informações apresentadas demonstram as situações das entregas das prestações de contas mensais apuradas no momento da geração deste Relatório, podendo sofrer alterações posteriores.

3.3 Ingresso da Prestação de Contas Anual

A prestação de contas foi encaminhada pelo Excelentíssimo Gilson Nunes de Sousa, Prefeito Municipal no exercício de 2020, último ano de mandato da legislatura 2017/2020, no dia 16/04/2021, dentro do prazo legal (16/04/2021), constituindo os autos de número TC/016977/2020.

3.4 Peças Ausentes

Não foram enviadas ao Tribunal de Contas as seguintes peças exigidas pela Instrução Normativa TCE nº 09/2018:

Tabela 3 – Peças não enviadas ao TCE/PI nas prestações de Contas

Peça
Cópias das atas de audiências públicas perante a Comissão Permanente da Câmara de Vereadores, estabelecidas no art. 48, parágrafo único, inciso I da LRF.
Cópias das atas de audiências públicas realizadas na Câmara Municipal nos meses de Fevereiro, Maio e Setembro, nos termos do art. 36, § 5º da Lei Complementar nº 141/2012.

4 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E FISCAL

Este capítulo tem como objetivo avaliar a adequação da execução orçamentária e financeira do exercício de 2020 quanto ao cumprimento das leis e normas pertinentes, notadamente no que tange às regras insculpidas na Constituição Federal, na Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF), na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA).

Os indicadores apresentados neste capítulo são baseados nos dados enviados nas prestações de contas mensais do sistema Sagres Contábil e documentação contábil encaminhada via sistema documentação web.

4.1 Instrumentos de Planejamento Governamental (PPA, LDO e LOA)

O Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) são instrumentos integrados de planejamento, estando um vinculado ao outro, razão pela qual uma boa execução orçamentária necessariamente dependerá de um adequado planejamento tático-estratégico das ações estatais (PPA), pois dele deriva a LDO (elo entre o planejamento tático-estratégico e o orçamento propriamente dito) e a LOA.



4.1.1 Previsão da receita e fixação da despesa

A lei orçamentária municipal estimou a receita e fixou a despesa em R\$ 24.932.611,00, apresentando uma situação de equilíbrio. O referido diploma legal atendeu, dentre outros, aos princípios da unidade e universalidade orçamentárias, uma vez que consolida os orçamentos de todos os órgãos, entidades e fundos que compõem a estrutura do Poder Público Municipal.

4.1.2 Alterações Orçamentárias

Foi autorizada, através do art. 4º da lei orçamentária anual, a abertura de créditos adicionais suplementares para o exercício em epígrafe, até o limite 50,00% da despesa fixada.

Objetivando melhor atender às necessidades do orçamento em execução, a administração municipal, no decorrer do período financeiro ora analisado, procedeu, através da abertura de créditos adicionais, as alterações no seu plano inicial na ordem de R\$ 12.917.770,19, conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 4 - Alterações do Orçamento Inicial (R\$)

ALTERAÇÃO DO ORÇAMENTO	VALOR	%
Dotação Inicial	24.932.611,00	100,00
(+) Créditos Suplementares	11.110.091,40	44,56
(+) Créditos Especiais	454.303,62	0,00
(+) Créditos Extraordinários	1.353.375,17	0,00
(-) Anulações de Créditos	12.218.644,40	0,00
= Dotação Atualizada	25.631.736,79	0,00
(-) Despesa Empenhada	24.493.300,95	0,00
= Recursos não utilizados	1.138.435,84	0,00

Fonte: LOA, Decretos publicados no DOM e Balanço Orçamentário.

As alterações registradas ocorreram por meio das seguintes origens de recursos:

Tabela 5 - Alterações Orçamentárias X Origem de Recursos

Lei/Decreto		Créditos Adicionais		Origem de Recurso (R\$)			
Nº	Data	Discriminação	Valor R\$	Superávit Financeiro	Excesso de Arrecadação	Anulação de Dotação	Op. de Crédito
1/2020	02/01/2020	SUPLEMENTAR	641.000,00	0,00	0,00	641.000,00	0,00
14/2020	06/03/2020	SUPLEMENTAR	1.327.000,00	0,00	0,00	1.327.000,00	0,00
22/2020	01/04/2020	SUPLEMENTAR	98.000,00	0,00	0,00	98.000,00	0,00
24/2020	01/04/2020	ESPECIAL	454.303,62	454.303,62	0,00	0,00	0,00
27/2020	27/04/2020	EXTRAORDINÁRIO	193.875,17	0,00	0,00	193.875,17	0,00
31/2020	12/05/2020	EXTRAORDINÁRIO	220.000,00	0,00	0,00	220.000,00	0,00
36/2020	29/05/2020	EXTRAORDINÁRIO	300.000,00	0,00	0,00	300.000,00	0,00
45/2020	01/07/2020	SUPLEMENTAR	176.500,00	0,00	0,00	176.500,00	0,00
46/2020	08/07/2020	EXTRAORDINÁRIO	67.421,00	0,00	67.421,00	0,00	0,00
47/2020	30/06/2020	SUPLEMENTAR	1.404.000,00	0,00	0,00	1.404.000,00	0,00
50/2020	08/07/2020	EXTRAORDINÁRIO	85.950,00	0,00	0,00	85.950,00	0,00
51/2020	10/07/2020	SUPLEMENTAR	1.025.000,00	0,00	0,00	1.025.000,00	0,00
53/2020	24/07/2020	EXTRAORDINÁRIO	308.727,83	0,00	0,00	308.727,83	0,00
53/2020	24/07/2020	EXTRAORDINÁRIO	123.801,17	0,00	123.801,17	0,00	0,00
55/2020	14/08/2020	SUPLEMENTAR	790.000,00	0,00	0,00	790.000,00	0,00
57/2020	28/08/2020	SUPLEMENTAR	410.000,00	0,00	0,00	410.000,00	0,00
58/2020	18/09/2020	EXTRAORDINÁRIO	45.200,00	0,00	45.200,00	0,00	0,00
59/2020	21/09/2020	EXTRAORDINÁRIO	8.400,00	0,00	8.400,00	0,00	0,00
60/2020	24/09/2020	SUPLEMENTAR	980.000,00	0,00	0,00	980.000,00	0,00
62/2020	01/10/2020	SUPLEMENTAR	727.000,00	0,00	0,00	727.000,00	0,00
66/2020	30/10/2020	SUPLEMENTAR	135.000,00	0,00	0,00	135.000,00	0,00



67/2020	11/11/2020	SUPLEMENTAR	200.000,00	0,00	0,00	200.000,00	0,00
68/2020	21/11/2020	SUPLEMENTAR	487.000,00	0,00	0,00	487.000,00	0,00
69/2020	30/11/2020	SUPLEMENTAR	328.500,00	0,00	0,00	328.500,00	0,00
72/2020	10/12/2020	SUPLEMENTAR	774.000,00	0,00	0,00	774.000,00	0,00
73/2020	14/12/2020	SUPLEMENTAR	1.145.142,20	0,00	0,00	1.145.142,20	0,00
75/2020	29/12/2020	SUPLEMENTAR	461.949,20	0,00	0,00	461.949,20	0,00
TOTAL APURADO			12.917.770,19	454.303,62	244.822,17	12.218.644,40	0,00

Fonte: Sagres 2020- Decretos por Unidade Gestora e Demonstrativo dos Créditos Adicionais.

Os créditos adicionais suplementares atingiram o montante de R\$ 11.110.091,40, que corresponde a 44,56% da despesa fixada, não ultrapassando o limite autorizado na lei orçamentária. Os valores acima expostos foram extraídos do Sistema Doc Web – Demonstrativo dos Créditos Adicionais, peça 9 fls. 1 e 2.

4.1.2.1 Do quadro acima foi constatada a publicação de decretos fora do prazo

O Diário Oficial dos Municípios, por determinação do art. 28, caput, II, c/c parágrafo único, da Constituição Estadual do Piauí é o meio adequado para se realizar as publicações oficiais do município. Ressalte-se que embora conste publicação no Diário Oficial dos Municípios de decretos do município foi constatado a publicação de créditos suplementares em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c Parágrafo Único da Constituição Estadual do Piauí/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos Decretos e que seja **no prazo de 10 dias**, a partir da conclusão do ato. Peça 9. fls. 3 a 45.

Acrescente-se que a publicação no prazo determinado pela CE/89 é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato pode produzir seus efeitos, entende-se que o mencionado vício implica ordenação de despesa não devidamente autorizada, contrariando a legislação vigente.

4.2.1 Receitas

4.2.1.1 Receita total arrecadada

A Receita Total Arrecadada foi de R\$ 25.904.010,33, correspondendo a 103,90% em relação à receita prevista, representando um *superávit* de R\$ 971.399,33, conforme demonstrativo a seguir:

Tabela 6 - Receita Arrecadada x Receita Prevista:

Especificação	Valor (R\$)
Receita Total Prevista	24.932.611,00
(-) Receita Total Arrecadada	25.904.010,33
= Superávit	971.399,33

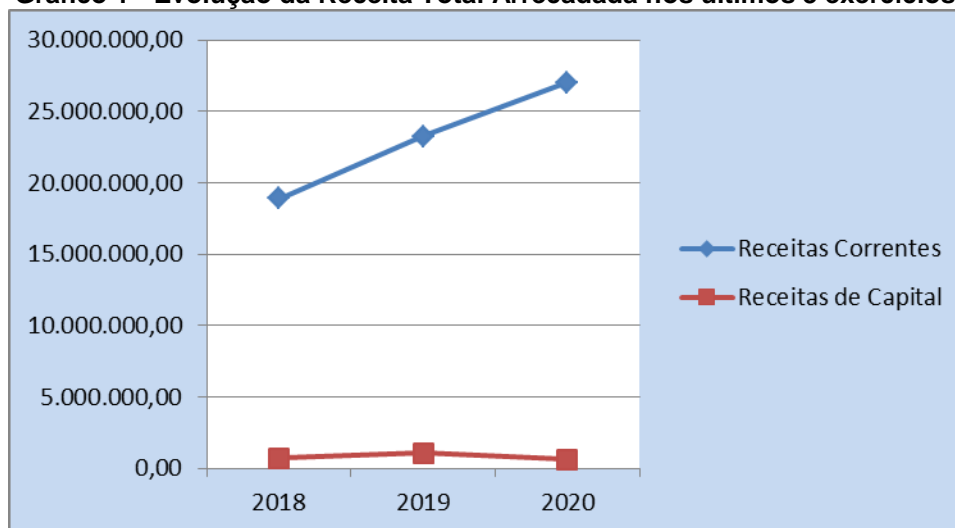
Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário. Obs.: Informações consolidadas.

Tabela 7 - Evolução da receita nos últimos 3 exercícios (Receita Total Arrecadada):

Comparativo Trienal	2018	2019	2020
Receitas Correntes	18.906.247,93	23.256.823,72	27.029.169,53
Receitas de Capital	696.875,00	1.065.830,99	637.461,34
Receitas Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00
(-) Deduções da Receita	(1.501.006,63)	(1.631.224,27)	(1.762.620,54)
TOTAL	18.102.116,30	22.691.430,44	25.904.010,33

Fonte: Processos: (2018) TC/011747/2018; (2019) TC/022205/2019; (2020) TC/016977/2020

Gráfico 1 - Evolução da Receita Total Arrecadada nos últimos 3 exercícios:



4.2.1.2 Receita por Categorias Econômicas e Origem

A seguir são apresentadas as receitas totais previstas e arrecadadas por categoria econômica e origem, com respectivas participações absoluta e relativa na receita total.

Tabela 8 - Receita Arrecadada x Receita Prevista por Categoria e Econômica e Origem:

Discriminação	Receita Prevista(A)		Receita Arrecadada(B)		% B/A
	Valor	%	Valor	%	
Receita Corrente	24.070.084,00	96,54	27.029.169,53	104,34	112,29
Tributária	2.426.822,00	9,73	7.553.161,09	29,16	311,24
Contribuição	121.750,00	0,49	237.925,55	0,92	195,42
Patrimonial	274.491,00	1,10	13.316,99	0,05	4,85
Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços	12.000,00	0,05	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	21.192.203,00	85,00	19.143.311,27	73,90	90,33
Outras Receitas Correntes	42.818,00	0,17	81.454,63	0,31	190,23
Receita de Capital	3.184.929,00	12,77	637.461,34	2,46	20,01
Operação de Crédito	71.366,00	0,29	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	71.366,00	0,29	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência de Capital	3.042.197,00	12,20	637.461,34	2,46	20,95
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Dedução da Receita	(2.322.402,00)	(9,31)	(1.762.620,54)	(6,80)	75,90
Total	24.932.611,00	100,00	25.904.010,33	100,00	103,90

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo: Receitas - Contas de Governo.

4.2.1.3 Receita Corrente Líquida

A Receita Corrente Líquida do Município, apurada no exercício, foi de R\$ 25.266.548,99, segundo demonstrativo:

Tabela 9 - Receita Corrente Líquida Apurada:

Especificação	Arrecadada (R\$)
Receita Corrente Total	27.029.169,53
(-) Contribuição dos servidores de previdência própria	0,00
(-) Compensação entre sistemas de previdência	0,00
(-) Dedução do FUNDEB	1.762.620,54
(=) Total da Receita Corrente Líquida	25.266.548,99

Fonte: Anexo 03 – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida.

4.2.1.4 Receita Tributária e COSIP

O somatório da Receita Tributária Arrecadada com a COSIP foi de R\$ 7.791.086,64, correspondendo a 305,70% em relação à Receita Tributária Atualizada, representando um *superávit* de R\$ 5.242.514,64, conforme demonstrativo a seguir:

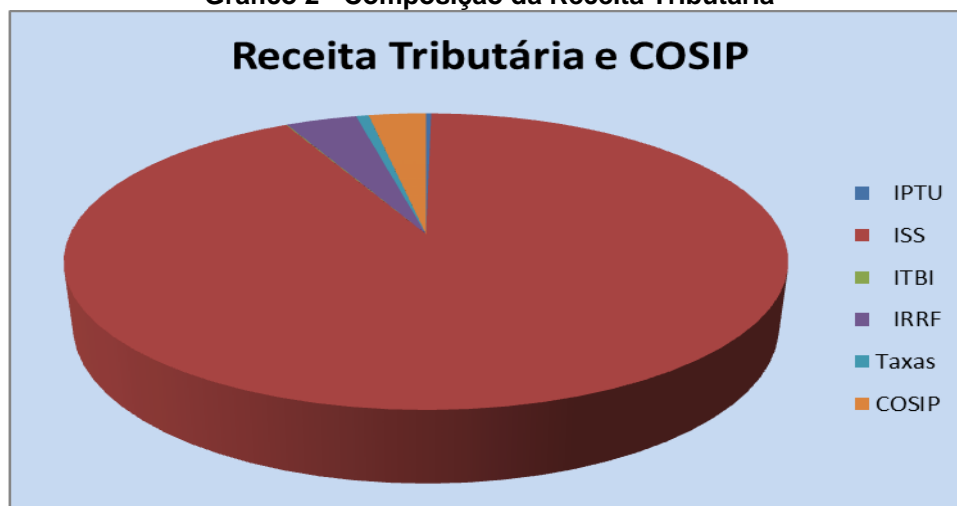
Tabela 10 - Discriminação da Receita Tributária:

Receita Tributária e COSIP	(A) Atualizada (R\$)	(B) Arrecadada (R\$)	% (B/A)
Receita Tributária	2.426.822,00	7.553.161,09	311,24
Impostos	2.300.000,00	7.500.065,57	326,09
IPTU	5.000,00	21.575,36	431,51
ISS	1.790.000,00	7.178.830,64	401,05
ITBI	5.000,00	4.220,80	84,42
IRRF	500.000,00	295.438,77	59,09
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00
Taxas	125.822,00	53.095,52	42,20
Contribuição de Melhoria	1.000,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	121.750,00	237.925,55	195,42
Total	2.548.572,00	7.791.086,64	305,70

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo: Receitas - Contas de Governo.

Considerando a origem, percebe-se que 96,26% do total da receita tributária arrecadada e COSIP correspondem à receita de impostos, contribuindo em maior percentual as provenientes do ISS e IRRF.

Gráfico 2 - Composição da Receita Tributária



O comportamento da receita tributária arrecadada do município nos últimos 04 (quatro) exercícios em relação à receita efetiva arrecadada, bem como à receita total arrecadada foi o demonstrado a seguir:

Tabela 11 - Comportamento da Receita Tributária Arrecadada nos últimos 4 exercícios versus Receita Efetiva e Receita Total arrecadada:

Exercício	(A) Receita Tributária Arrecadada (R\$)	(B) Receita Efetiva (R\$)	% (A/B)	Receita Total Arrecadada (R\$)
2017	961.836,75	8.619.827,72	11,16	13.683.251,28
2018	3.779.166,39	11.952.084,98	31,62	18.102.116,30
2019	6.520.269,66	15.433.403,69	42,25	22.691.430,44
2020	7.553.161,09	17.289.157,24	43,69	25.904.010,33

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo: 2017 a 2020.

Gráfico 3 - Comportamento da Receita Tributária Arrecadada (A) X Receita Efetiva (B) e % (A/B) nos últimos 4 exercícios:

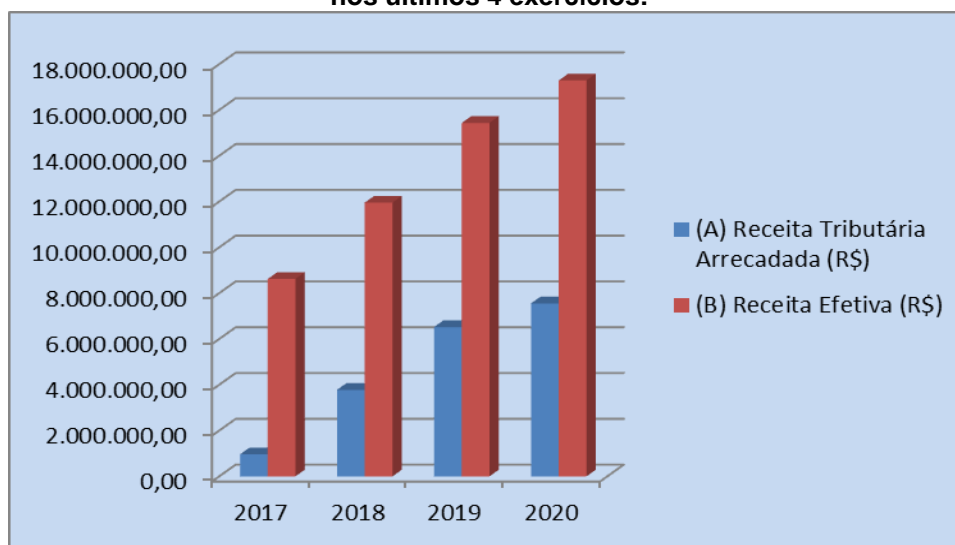
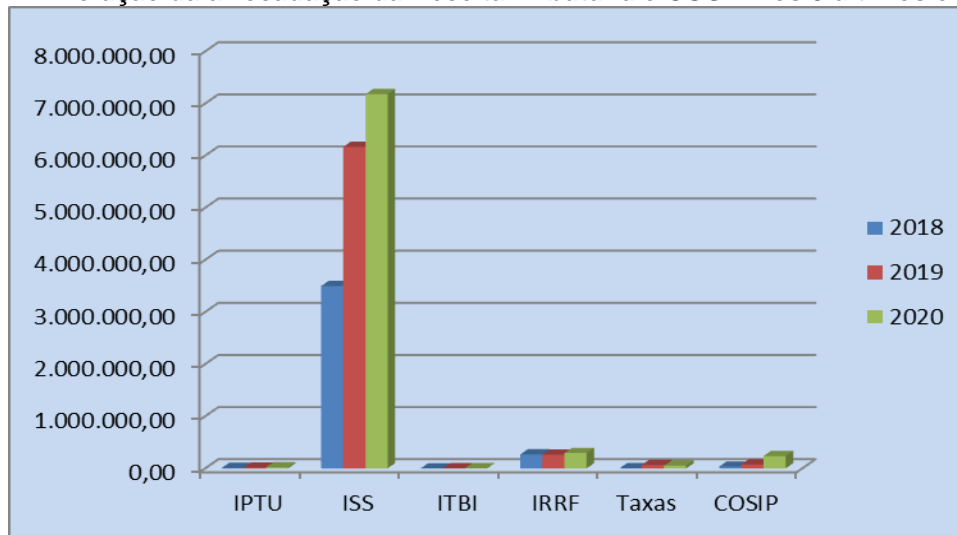


Tabela 12 – Evolução da arrecadação da Receita Tributária e COSIP nos últimos 3 exercícios:

Comparativo trienal	Arrecadação 2018(R\$)	Arrecadação 2019(R\$)	Arrecadação 2020(R\$)	Relação 2020/2019 (%)
Receita Tributária	3.779.166,39	6.520.269,66	7.553.161,09	115,84
Impostos	3.774.462,74	6.452.289,33	7.500.065,57	116,24
IPTU	7.885,89	16.553,50	21.575,36	130,34
ISS	3.498.184,16	6.169.104,43	7.178.830,64	116,37
ITBI	1.068,96	2.499,40	4.220,80	168,87
IRRF	267.323,73	264.132,00	295.438,77	111,85
Outros Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Taxas	4.703,65	67.980,33	53.095,52	78,10
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	35.111,53	77.737,85	237.925,55	306,06
Total	3.814.277,92	6.598.007,51	7.791.086,64	118,08

Fonte: Sagres Contábil – Demonstrativo: Receitas - Contas de Governo. Informações consolidadas.

Gráfico 4 - Evolução da arrecadação da Receita Tributária e COSIP nos 3 últimos exercícios:



4.2.1.5 Receita proveniente de impostos e transferências

O total da receita proveniente de impostos e transferências arrecadado no exercício foi de R\$ 16.988.605,27, conforme demonstrativo:

Tabela 13 - Receitas de Impostos e Transferências:

Receita de Impostos e Transferências	Atualizada (R\$)	Arrecadada (R\$)
Receitas de Impostos	2.300.000,00	7.500.065,57
IPTU	5.000,00	21.575,36
ISS	1.790.000,00	7.178.830,64
ITBI	5.000,00	4.220,80
IRRF	500.000,00	295.438,77
Outros Impostos	0,00	0,00
Transferência da União	11.025.537,00	7.553.304,33
Cota-Parte FPM	11.000.527,00	7.549.728,56
Cota-Parte ITR	15.010,00	3.575,77
Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
ICMS Desoneração	10.000,00	0,00
Transferência do Estado	1.510.000,00	1.935.235,37
Cota-Parte ICMS	1.050.000,00	1.883.787,67
Cota-Parte IPVA	450.000,00	51.265,96
Cota-Parte IPI-Exportação	10.000,00	181,74
Outras Receitas	0,00	0,00
Receita da Div. Ativa Trib. de Impostos	0,00	0,00
Multas e Juros de mora de Impostos	0,00	0,00
Total	14.835.537,00	16.988.605,27

Fonte: Receitas – Contas de Governo - Sagres Demonstrativo/2020- Informações consolidadas

4.2.2 Despesas

4.2.2.1 Comparativo entre despesa fixada e a executada

O orçamento anual do Município consolidado, aprovado pela Lei nº 201/2019, fixou a despesa para o exercício 2020 no valor de R\$ 24.932.611,00. No decorrer do exercício a dotação foi atualizada para R\$ 25.631.736,79.



A despesa executada no exercício em exame atingiu o montante de R\$ 24.493.300,95, equivalendo a 95,56% da despesa atualizada, representando uma economia orçamentária de R\$ 1.138.435,84, conforme demonstrativo da execução da despesa orçamentária, Sistema Sagres Contábil.

Tabela 14 – Despesa Fixada x Despesa Empenhada:

Descrição	Valor (R\$)
Autorização Final	25.631.736,79
(-) Execução Final	24.493.300,95
(=) Economia Orçamentária	1.138.435,84

Fonte: Sagres Contábil – Balanço Orçamentário.

Na tabela abaixo se encontram demonstrados os valores das despesas fixadas, as atualizadas e as executadas no decorrer do exercício de 2020.

Tabela 15 - Demonstração da Despesa Autorizada e Executada

Despesas Orçamentárias	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesa Empenhada
Despesas Correntes	20.378.345,00	21.187.723,89	20.145.440,81
Pessoal e Encargos Sociais	10.284.450,00	12.202.681,00	11.774.318,44
Juros e encargos da Dívida	23.400,00	1.400,00	0,00
Outras Despesas Correntes	10.070.495,00	8.983.642,89	8.371.122,37
Despesas de Capital	3.445.713,00	4.444.012,90	4.347.860,14
Investimentos	3.184.930,00	4.376.213,90	4.282.230,81
Inversões Financeiras	71.366,00	382,00	0,00
Amortização da Dívida	189.417,00	67.417,00	65.629,33
Reserva de Contingência	1.108.553,00	0,00	0,00
TOTAL	24.932.611,00	25.631.736,79	24.493.300,95

Fonte: Anexo 12 – Balanço Orçamentário - Sagres Demonstrativo/2020 Informações consolidadas.

4.2.2.2 Despesa com Manutenção e Desenvolvimento de Ensino - DMDE

O cálculo do limite dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 212 da Constituição Federal, está assim demonstrado:

Tabela 16 - % de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE):

Limite Mínimo de 25% das Receitas de Impostos e Transferências em MDE	Valor (R\$)
Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)	16.988.605,27
(+) Despesas com Educação Infantil (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)	739.128,15
(+) Despesas com Ensino Fundamental (Custeadas com Recursos do FUNDEB e de Impostos)	6.444.109,19
(=) Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)	7.183.237,34
(-) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB	1.701.842,03
(-) Despesas Custeadas com a Complementação da União ao FUNDEB no Exercício	1.114.374,78
(-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com o Superávit Financeiro, do Exercício Anterior, de Outros Recursos de Impostos	0,00
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00
(-) Cancelamento, no Exercício, de Restos a Pagar Inscritos Com Disponibilidade Financeira de Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00
(-) Despesas Executadas no Fundeb que Excederam os Recursos Recebidos do Fundeb	108.028,52
(=) Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)	2.924.245,33
Total das Despesas com Ações Típicas de MDE (B)	7.183.237,34
Total das Deduções consideradas para fins de Limite Constitucional (C)	2.924.245,33
(=) Total das Despesas para fins de Limite (D) = (B - C)	4.258.992,01
Receitas Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais e Legais (A)	16.988.605,27



Total das Despesas para fins de Limite (D)	4.258.992,01
Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de MDE % (D/A)	25,07

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 4 da Peça 7.

Confrontando-se o total das despesas em ações típicas de manutenção e desenvolvimento do ensino acima, com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, **25,07%, cumprindo**, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 212, da Constituição Federal.

Tabela 17 - Comportamento do limite de despesa com Manutenção e Desenvolvimento do Ensino nos últimos 3 exercícios:

Comparativo Trienal	2018	2019	2020
Mínimo Constitucional para Aplicação em MDE (25%)	27,94	26,45	25,07

Fonte: Processos: (2018) TC/011747/2018; (2019) TC/022205/2019; (2020) TC/016977/2020.

4.2.2.3 FUNDEB

4.2.2.3.1 Contribuição para a formação do FUNDEB

Durante o exercício, o município contribuiu para a formação do FUNDEB com 20,00% das receitas discriminadas a seguir, representando o montante de R\$ 1.762.620,54, conforme quadro:

Tabela 18 - Contribuição para a formação do FUNDEB:

Descrição	Valor (R\$)	Contribuição Compulsória (R\$)
FPM - Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.925.742,19	1.385.148,13
ICMS	1.883.787,67	376.757,32
ICMS-Desoneração – L.C. No 87/2016	0,00	0,00
IPI-Exportação	181,74	0,00
IPVA	51.265,96	0,00
ITR	3.575,77	715,09
Total	8.864.553,33	1.762.620,54

Obs.: Informações consolidadas.

4.2.2.3.2 Recursos recebidos do FUNDEB

O município recebeu, no exercício, recursos do FUNDEB, no montante de R\$ 4.611.615,89, composto da seguinte forma:

Tabela 19 - Recursos recebidos do FUNDEB:

Descrição	Valor (R\$)
(+) Transferências de Recursos do FUNDEB (A)	3.464.462,57
(+) Complementação da União ao FUNDEB	1.144.511,22
(+) Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	2.642,10
(=) Receitas Recebidas do FUNDEB	4.611.615,89
(-) Contribuição Compulsória (B)	1.762.620,54
(=) Resultado Líquido das Transferências do FUNDEB (A-B)	1.701.842,03

* Ganho do FUNDEB calculado conforme Manual de Demonstrativos Fiscais - 8ª Edição. Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 4 da Peça 7.



4.2.2.3.3 Despesas do FUNDEB

Foram executadas, no exercício, despesas relacionadas ao FUNDEB, no montante de R\$ 4.719.644,41, detalhadas da seguinte forma:

Tabela 20 - Despesas do FUNDEB:

Descrição	Valor (R\$)
Despesas com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (FUNDEB 60%)	3.881.312,50
Despesas com a educação básica não relacionadas no item anterior (FUNDEB 40%)	838.331,91
(=) Total das Despesas do FUNDEB (C)	4.719.644,41

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 4 da Peça 7.

4.2.2.3.4 Indicadores e limites do FUNDEB

Para fins de apuração do limite mínimo de 60% destinado ao pagamento da remuneração dos profissionais do magistério da educação básica em efetivo exercício na rede pública, e comparação com o limite máximo de 40% destinado ao pagamento de outras despesas de manutenção e desenvolvimento da educação básica, segue detalhamento das deduções para cálculo dos referidos limites e seus respectivos indicadores percentuais, além dos recursos não aplicados no exercício a serem executados nos termos do art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007:

Tabela 21 - Indicadores e Limites do FUNDEB:

Indicadores do FUNDEB	Valor (R\$)
Total das Despesas do FUNDEB (C)	4.719.644,41
(-) Restos a Pagar Inscritos no Exercício Sem Disponibilidade Financeira de Recursos do FUNDEB	0,00
(-) Despesas Custeadas com Superávit Financeiro do Exercício Anterior do FUNDEB	0,00
(=) Total das Deduções para Fins de Limites do FUNDEB (D)	0,00
Total das Despesas do FUNDEB para Fins de Limite (C – D)	4.719.644,41
Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério	84,16
Máximo de 40% em despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério	18,18
Máximo de 5% não aplicado no exercício (art. 21, § 2º, da Lei 11.494, de 20/06/2007)	(2,34)

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 4 da Peça 7.

Conforme demonstrado, o Município de Lagoa do Barro do Piauí dispunha do montante de R\$ 4.611.615,89, para aplicação no FUNDEB no exercício de 2020, entretanto, foram utilizados na Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica o montante R\$ 4.719.644,41, ou seja, R\$ 108.028,52 superior ao valor da receita o que corresponde a (2,34%) dos recursos disponível do FUNDEB.

Verifica-se, portanto, que o Município cumpriu o disposto no artigo 21 da Lei Federal nº 11.494/2007, haja vista que, a regra é que o Município utilize 100% dos recursos do FUNDEB no exercício de referência, facultado pelo § 2º, a sobra de até 5% dos recursos para utilização no primeiro trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional.



4.2.2.3.5 Gastos com os profissionais do Magistério

Conforme evidenciado em demonstrativo a seguir, o município aplicou, no exercício, na remuneração dos profissionais do magistério, na educação básica, o montante de R\$ 3.881.312,50, representando 84,16% dos recursos recebidos pelo FUNDEB, cumprindo o estabelecido no art. 60, § 5º do ADCT e no art. 22º, da Lei Federal nº 11.494/07.

Tabela 22 - Gastos com os profissionais do Magistério:

(A) Recursos FUNDEB	(B) Gastos com Magistério	% (B/A)
4.611.615,89	3.881.312,50	84,16

Fonte: Sistema TCE/Sagres Contábil – Anexo 08 – Demonstrativo MDE 6º Bimestre - Peça 7.

Tabela 23 - Comportamento de gastos com profissionais do magistério nos últimos 3 exercícios:

Comparativo Trienal	2018	2019	2020
Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração de Profissionais do Magistério	89,67	73,15	84,16

Fonte: Processos: (2018) TC/011747/2018; (2019) TC/022205/2019; (2020) TC/016977/2020..

4.2.2.4 Despesa com Ações e Serviços Públicos de Saúde - DASPS

Os gastos com as ações e serviços públicos de saúde do município, no exercício, para cumprimento do disposto no art. 198 da Constituição Federal, combinado com o art. 77, III, do ADCT, estão assim demonstrados:

Tabela 24 - % de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências com Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS):

Limite Mínimo de 15% das Receitas de Impostos e Transferências em ASPS	Valor (R\$)
Receitas para apuração da aplicação em Ações e Serviços Públicos de Saúde-ASPS (A)	16.364.618,90
Total das Despesas Não Computadas no Cálculo do Mínimo (B)	2.587.924,21
Restos a Pagar Não Processados Inscritos Indevidamente no Exercício Sem Disponibilidade Financeira (C)	0,00
Despesas Custeadas com Disponibilidade de Caixa Vinculada aos Restos a Pagar Cancelados (D)	0,00
Despesas Custeadas com Recursos Vinculados à Parcela do Percentual Mínimo que não foi Aplicada em ASPS em Exercícios Anteriores (E)	0,00
(=) Total das Despesas para fins de Limite (F) = (B + C + D + E)	2.720.903,60
Percentual de Aplicação das Receitas de Impostos e Transferências em Ações de ASPS % (F/A)	16,63
Valor referente à diferença entre o valor executado e o limite mínimo constitucional [F – (15% x A)]	266.210,76

Para detalhamento do quadro acima, acessar fls. 1 a 3 da Peça 8.

Confrontando-se o total das despesas em ações e serviços públicos de saúde acima, com o total da receita proveniente de impostos e transferências, constatou-se que o município aplicou, no exercício, **16,63%, cumprindo**, portanto, o mandamento constitucional elencado no art. 198, combinado com art. 77, III, ADCT, da Constituição Federal.

Tabela 25 - Comportamento do % das Receitas de Impostos e Transferências com Ações e Serviços Públicos de Saúde nos últimos 3 exercícios:

Comparativo Trienal	2018	2019	2020
Mínimo Constitucional para Aplicação em ASPS (15%)	15,84	17,78	16,63

Fonte: Processos: (2018) TC/011747/2018; (2019) TC/022205/2019; (2020) TC/016977/2020.



4.2.2.5 Despesa de Pessoal do Poder Executivo

O montante das despesas de pessoal do Poder Executivo, no exercício, foi R\$ 11.099.981,35, a seguir discriminado:

Tabela 26 - Especificações da despesa com Pessoal e percentual aplicado:

Despesa com Pessoal (Especificações)	(A) Despesas Liquidadas	(B) Inscritas em RP Não Processados	(A + B) Total
Despesa Bruta com Pessoal (I)	11.147.322,30	0,00	11.147.322,30
Pessoal Ativo	11.147.322,30	0,00	11.147.322,30
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	9.136.348,23	0,00	9.136.348,23
Obrigações Patronais	2.010.974,07	0,00	2.010.974,07
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização ou de contratação de forma indireta (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
Despesas Não Computadas (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	47.340,95	0,00	47.340,95
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	47.340,95	0,00	47.340,95
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00
Despesa Líquida com Pessoal (III) = (I - II)	11.099.981,35	0,00	11.099.981,35
Receita Corrente Líquida - RCL (IV)	25.266.548,99		
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF)	0,00		
(=) Receita Corrente Líquida Ajustada (VI)	25.266.548,99		
Despesa Total com Pessoal - DTP (VII) = (III a + III b)	11.099.981,35		
Percentual da DTP (VIII) = (VII / VI)	43,93		
Limite Máximo (54,00%) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	13.643.936,45		
Limite Prudencial (51,30%) = (0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)	12.961.739,63		
Limite de Alerta (48,60%) = (0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)	12.279.542,81		

Fonte: Sagres Demonstrativo, peça 9 fl. 46.

Ressalte-se que o Poder Executivo **cumpriu** o limite legal normatizado pelo art. 20, III, b, da LC 101/2000 - LRF.

Tabela 27 - Comportamento do limite da Despesa Total com Pessoal nos últimos 3 exercícios:

Comparativo Trienal	2018	2019	2020
Percentual da Despesa Total com Pessoal (Limite Máximo 54%)	47,80	47,52	47,99

Fonte: Processos: (2018) TC/011750/2018; (2019) TC/022208/2019; (2020) TC/016980/2020.

4.2.2.6 Repasse para Câmara Municipal

Constatou-se que o Poder Executivo repassou para a Câmara Municipal, no período analisado, o montante de R\$ 1.079.529,54, que corresponde a 6,99% da receita efetiva do município no exercício anterior, que foi de R\$ 15.433.403,69. Portanto, o prefeito municipal



cumpriu o que estabelece o art. 29-A da Constituição Federal, que fixa o limite de até 7,00% não ferindo, conseqüentemente, o disposto no § 2º, I, do mesmo artigo.

Tabela 28 – Receita Efetiva (2020 e 2019):

Receita Efetiva	Exercício Atual (R\$)	Exercício Anterior (R\$)
Receitas Tributárias (I)	7.553.161,09	6.520.269,66
Receitas de Impostos	7.500.065,57	6.452.289,33
IPTU	21.575,36	16.553,50
ISS	7.178.830,64	6.169.104,43
ITBI	4.220,80	2.499,40
IRRF	295.438,77	264.132,00
Outros Impostos	0,00	0,00
Taxas	53.095,52	67.980,33
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública (II)	237.925,55	77.737,85
Transferência da União (III)	7.562.835,23	7.897.870,44
Cota-Parte FPM	7.549.728,56	7.882.473,39
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.925.742,19	7.254.033,04
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	311.660,95	320.133,90
Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea e	312.325,42	308.306,45
Cota-Parte ITR	3.575,77	3.874,09
Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00
ICMS-Desoneração – L.C. nº 87/1996	0,00	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	9.530,90	11.522,96
Apoio Financeiro	0,00	0,00
Transferência do Estado (IV)	1.935.235,37	937.525,74
Cota-Parte ICMS	1.883.787,67	898.217,29
Cota-Parte IPVA	51.265,96	39.078,21
Cota-Parte IPI-Exportação	181,74	230,24
Outras Receitas (V)	0,00	0,00
Dívida Ativa Tributária de Impostos	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos de Impostos	0,00	0,00
TOTAL (I + II + III + IV + V)	17.289.157,24	15.433.403,69

4.2.3 Resultado Orçamentário

O confronto do total de receita realizada de R\$ 25.904.010,33 com as despesas empenhadas de R\$ 24.493.300,95 apura-se um superávit orçamentário de R\$ 1.410.709,38, o qual representa 5,45% da Receita Arrecadada do Município de Lagoa do Barro do Piauí no exercício de 2020, o que pode ser demonstrado pelo quociente apurado na tabela a seguir:

Tabela 29 - Quociente do Resultado da Execução Orçamentária - QREO:

Especificações	Valor (R\$)
Receita Arrecadada (A)	25.904.010,33
Despesa Empenhada (B)	24.493.300,95
Quociente (A / B)	1,06
Diferença (A - B)	1.410.709,38

Fonte: Sistema TCE/Sagres Contábil – Demonstrativo: Balanço Orçamentário.

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de despesa orçamentária realizada foi arrecadado o valor de R\$ 1,06, gerando um **superávit** de execução orçamentária no valor de R\$ 1.410.709,38.

4.2.4 Equilíbrio Financeiro

O equilíbrio financeiro, nos termos prescritos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, pressupõe o controle da disponibilidade de caixa e da geração de obrigações na execução financeira da despesa, com objetivo de harmonizar a geração de obrigações de despesa e a disponibilidade de recursos, assim evitar desequilíbrios que tem consequências danosas como o endividamento, ausência de investimentos ou decomposição do patrimônio público.

É possível verificar o equilíbrio financeiro a partir da Demonstração das Disponibilidades de Caixa (Art. 55, III, LRF – anexo 5 do RGF), com base na premissa de que os recursos não vinculados (fonte livre) sejam suficientes para cobertura de possíveis fontes de recurso vinculadas deficitárias após a inscrição dos Restos a Pagar.

Tabela 30 - Quociente de Disponibilidade Financeira para Pagamento de Restos a Pagar:

Especificações	Valor (R\$)
Disponibilidade Financeira Geral (A)	3.229.151,89
Depósitos de Terceiros (B)	0,00
Saldo Previdenciário (C)	0,00
Recursos do RRPS - Plano Previdenciário	0,00
Recursos do RRPS - Plano Financeiro	0,00
Recursos do RRPS - Taxa de Administração	0,00
Disponibilidade Financeira Líquida (D) = (A - B - C)	3.229.151,89
RP Processados e Não Processados (E)	919.048,67
RP Processados e Não Processados Previdenciários (F)	0,00
Recursos do RRPS - Plano Previdenciário	0,00
Recursos do RRPS - Plano Financeiro	0,00
Recursos do RRPS - Taxa de Administração	0,00
Restos a Pagar Não Previdenciários (G) = (E - F)	919.048,67
Quociente de Disponibilidade Financeira (D / G)	3,51
Diferença (D - G)	2.310.103,22

Fonte: Sistema TCE/Sagres Contábil Anexo 05

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de RP inscritos há R\$ 3,51 de disponibilidade financeira para pagamento.

Essa situação demonstra **equilíbrio** das contas públicas, em relação ao pagamento de RP, sendo observado o disposto no art 1º, § 1º, da LRF.

4.2.5 Cumprimento das Metas Fiscais

A LRF estatui, no § 1º do seu art. 4º, que o projeto de lei de diretrizes orçamentárias conterá anexo em que serão estabelecidas as metas de resultado primário e nominal e de montante da dívida pública para o exercício a que se referir e para os dois seguintes, dessa forma, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (Lei municipal 191/2019) estabeleceu as metas de resultado a serem alcançados pela Administração.

O Resultado Primário representa a diferença entre as receitas e despesas não financeiras ou primárias é apurado tradicionalmente pela metodologia “acima da linha” com enfoque no fluxo da execução orçamentária do exercício e indica se os níveis de gastos orçamentários do Município são compatíveis com a sua arrecadação, representando o esforço fiscal direcionado à diminuição do estoque da dívida pública.



O Resultado Nominal é obtido a partir do resultado primário por meio da soma da conta de juros (juros ativos menos juros passivos). Ainda, pela metodologia "abaixo da linha", representa a diferença entre o saldo da dívida consolidada líquida em 31 de dezembro de determinado ano em relação ao apurado em 31 de dezembro do ano anterior, essa metodologia possui enfoque no estoque da dívida.

Tabela 31 - Quadro Comparativo do Cumprimento das Metas Fiscais:

Especificações	Meta	Resultado	Situação
Resultado Primário	(275.773,00)	1.249.420,29	Atingida
Resultado Nominal	(299.173,00)	1.200.429,16	Atingida

Fonte: Resultado conforme Sagres Contábil – peça 9 fls. 48 e 49.

Metas do Resultado Nominal e Primário conforme Anexo de Metas Fiscais – LDO – (Documentação Controle) – Peça 9 fl. 47.

Pelo exposto, conclui-se que a Administração **cumpriu** a meta de resultado primário fixada na LDO (Lei nº 191/2019) para o exercício de 2020.

5 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - APRECIÇÃO DO BALANÇO GERAL DO MUNICÍPIO

O objetivo deste item é apresentar os resultados e as conclusões da apreciação do Balanço Geral do Município (BGM) referente ao exercício de 2020, que, por sua vez, tem o intuito de verificar se as demonstrações consolidadas do Município representam adequadamente a posição financeira, orçamentária, contábil e patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, a fim de subsidiar a conclusão do parecer prévio, conforme art. 165 do RITCE.

Os procedimentos realizados iniciaram-se com a validação automática dos dados recepcionados mensalmente pelo sistema Sagres-Contábil ao longo do período de apresentação da prestação de contas eletrônica (PCE) do exercício.

Os procedimentos de asseguuração limitaram-se à verificação da integridade dos demonstrativos contábeis (Balanço Patrimonial, Orçamentário, Financeiro, Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa).

5.1 Verificação da Integridade dos Demonstrativos Contábeis

Este procedimento visa verificar se os demonstrativos contábeis apresentados nos sistemas Documentação Web e Sagres Contábil atendem aos padrões estabelecidos no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e se possuem divergências em relação aos demonstrativos contábeis gerados a partir dos dados eletrônicos do Sagres-Contábil, após todas as validações.



5.1.1 Do Balanço Orçamentário

O Balanço Orçamentário demonstra as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstra, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

Após análise do demonstrativo verificou-se que o documento gerado a partir dos dados do sagres-Contábil (abaixo demonstrado na Tabela 32) atende o padrão exigido no MCASP.

Tabela 32 - Balanço Orçamentário:

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITA				
Títulos	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (a)	Receita Realizada (b)	Saldo c = (b-a)
Receitas Correntes (I)	21.747.682,00	21.747.682,00	25.266.548,99	3.518.866,99
Receita Tributária	2.426.822,00	2.426.822,00	7.553.161,09	5.126.339,09
Receita de Contribuições	121.750,00	121.750,00	237.925,55	116.175,55
Receita Patrimonial	274.491,00	274.491,00	13.316,99	(261.174,01)
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	12.000,00	12.000,00	0,00	(12.000,00)
Transferências Correntes	18.869.801,00	18.869.801,00	17.380.690,73	(1.489.110,27)
Outras Receitas Correntes	42.818,00	42.818,00	81.454,63	38.636,63
Receitas de Capital (II)	3.184.929,00	3.184.929,00	637.461,34	(2.547.467,66)
Operações de Crédito	71.366,00	71.366,00	0,00	(71.366,00)
Alienação de Bens	71.366,00	71.366,00	0,00	(71.366,00)
Amortizações de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	3.042.197,00	3.042.197,00	637.461,34	(2.404.735,66)
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
Operações de Crédito / Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
Déficit (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	24.932.611,00	24.932.611,00	25.904.010,33	971.399,33
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	454.303,62	454.303,62	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	454.303,62	454.303,62	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESA						
Títulos	Dotação Inicial (d)	Dotação Atualizada (e)	Despesas Empenhadas (f)	Despesas Liquidadas (g)	Despesas Pagas (h)	Saldo da Dotação (i) = (e-f)
Despesas Correntes (VIII)	20.378.345,00	21.187.723,89	20.145.440,81	20.067.515,46	20.052.025,46	1.042.283,08
Pessoal e Encargos Sociais	10.284.450,00	12.202.681,00	11.774.318,44	11.774.318,44	11.772.918,44	428.362,56
Juros e Encargos da Dívida	23.400,00	1.400,00	0,00	0,00	0,00	1.400,00
Outras Despesas Correntes	10.070.495,00	8.983.642,89	8.371.122,37	8.293.197,02	8.279.107,02	612.520,52
Despesas de Capital (IX)	3.445.713,00	4.444.012,90	4.347.860,14	4.186.654,34	3.522.378,66	96.152,76
Investimentos	3.184.930,00	4.376.213,90	4.282.230,81	4.121.025,01	3.456.749,33	93.983,09
Inversões Financeiras	71.366,00	382,00	0,00	0,00	0,00	382,00
Amortização da Dívida	189.417,00	67.417,00	65.629,33	65.629,33	65.629,33	1.787,67
Reserva de Contingência (X)	1.108.553,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VIII + IX + X)	24.932.611,00	25.631.736,79	24.493.300,95	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII) = (XI + XII)	24.932.611,00	25.631.736,79	24.493.300,95	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
Superávit (XIV)	0,00	0,00	1.410.709,38	0,00	0,00	0,00
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	24.932.611,00	25.631.736,79	25.904.010,33	24.254.169,80	23.574.404,12	1.138.435,84
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Balanço Orçamentário - Sagres Demonstrativos. **Peça 1.**

No Balanço Orçamentário, demonstrou-se uma Receita Orçamentária Arrecadada de R\$ 25.904.010,33, cuja arrecadação corresponde a 103,89% da previsão orçamentária atualizada.

5.1.2 Do Balanço Financeiro

O Balanço Financeiro demonstra a receita e a despesa orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécies provenientes do exercício anterior, e os que se transferem para o exercício seguinte.

Após análise do demonstrativo verificou-se que o documento gerado a partir dos dados do sagres-Contábil (abaixo demonstrado na Tabela 33) atende o padrão exigido no MCASP.

Tabela 33 - Balanço Financeiro:

BALANÇO FINANCEIRO					
INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$	Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Receita Orçamentária (I)	25.904.010,33	22.691.430,44	Despesa Orçamentária (VI)	24.493.300,95	22.473.790,49
Ordinária	16.309.032,39	13.820.923,09	Ordinária	14.908.611,73	13.767.810,69
Recursos Ordinários	16.309.032,39	13.820.923,09	Recursos Ordinários	14.908.611,73	13.767.810,69
Vinculada	9.594.977,94	8.870.507,35	Vinculada	9.584.689,22	8.705.979,80
Recursos Vinculados à Educação	5.208.389,10	5.040.859,53	Recursos Vinculados à Educação	5.386.610,73	5.016.916,91
Recursos Vinculados à Saúde	3.023.230,23	1.922.431,99	Recursos Vinculados à Saúde	2.587.924,21	2.547.799,49
Recursos Vinculados à Assistência Social	516.117,48	445.635,13	Recursos Vinculados à Assistência Social	403.450,99	380.081,51
Outras Destinações de Recursos	847.241,13	1.461.580,70	Outras Destinações de Recursos	1.206.703,29	761.181,89
Transferências Financeiras Recebidas (II)	6.561.138,45	6.196.982,97	Transferências Financeiras Concedidas (VII)	6.561.138,45	6.196.982,97
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	6.561.138,45	6.196.982,97	Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	6.561.138,45	6.196.982,97
Recebimentos Extraorçamentários (III)	3.125.166,59	3.068.663,21	Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	3.312.846,12	2.509.342,28
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	239.131,15	113.491,27	Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	69.653,35	108.560,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados	679.765,68	1.073.407,41	Pagamentos de Restos a Pagar Processados	1.062.844,91	626.488,74
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.082.089,75	1.798.151,62	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.055.546,58	1.654.095,76



Outros Recebimentos Extraorçamentários	124.180,01	83.612,91	Outros Pagamentos Extraorçamentários	124.801,28	120.197,78
Saldo do Exercício Anterior (IV)	2.008.093,86	1.228.161,16	Saldo para o Exercício Seguinte (IX)	3.279.464,66	2.008.093,86
Caixa e Equivalentes de Caixa	2.005.122,04	1.228.161,16	Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229.151,89	2.005.122,04
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	2.971,82	0,00	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	50.312,77	2.971,82
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)	37.598.409,23	33.185.237,78	TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)	37.646.750,18	33.188.209,60

Balço Financeiro – Sagres Demonstrativos. **Peça 2.**

5.1.3 Do Balço Patrimonial

O Balço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Após análise do demonstrativo, verificou-se que o documento atende o padrão exigido no MCASP.

Tabela 34 - Balço Patrimonial:

BALANÇO PATRIMONIAL		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
ATIVO	23.157.040,13	17.844.624,41
Ativo Circulante	4.709.096,96	3.437.706,25
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.229.151,89	2.005.122,04
Créditos a Curto Prazo	1.479.945,07	1.432.584,21
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	0,00
Ativo Não Circulante	18.447.943,17	14.406.918,16
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Créditos a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos Temporários a Longo Prazo	0,00	0,00
Estoques	0,00	0,00
VPD pagas antecipadamente	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	18.447.943,17	14.406.918,16
Intangível	0,00	0,00
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	23.157.040,13	17.844.624,41
Passivo Circulante	1.776.776,91	2.128.452,90
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	51.712,77	392.395,01
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	678.517,52	716.054,44
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	1.046.546,62	1.020.003,45
Passivo Não Circulante	31.320,24	0,00
Obrigações Trab., Prev. e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	31.320,24	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	21.348.942,98	15.716.171,51
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00



Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	21.348.942,98	15.716.171,51
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
ATIVO (A)	23.157.040,13	17.844.624,41
Ativo Financeiro	3.434.025,32	2.162.033,25
Ativo Permanente	19.723.014,81	15.682.591,16
PASSIVO (B)	2.047.228,30	2.241.944,17
Passivo Financeiro	2.015.908,06	2.238.960,02
Passivo Permanente	31.320,24	2.984,15
SALDO PATRIMONIAL (C) = (A - B)	21.109.811,83	15.602.680,24
QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Atos Potenciais Ativos	369.958,33	369.958,33
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	369.958,33	369.958,33
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos	1.583.599,30	1.583.599,30
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	1.583.599,30	1.583.599,30
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00

Balanço Patrimonial – Sagres Demonstrativos. **Peça 3.**

O tabela a seguir evidencia o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício 2020:

Tabela 35 - Superávit/Déficit Financeiro:

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Recursos Ordinários (FR 001)	832.673,10	(438.969,37)
Transferências do FUNDEB - Controle Unificado (FR 110)	0,00	654.184,41
Transferência do Salário - Educação (FR 120/115)	16.462,98	1.253,54
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE (FR 121/116)	57,97	57,69
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE (FR 122/117)	16.036,16	3,16
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar - PNATE (FR 123/118)	110.961,45	11,10
Outras Transferências de Recursos do FNDE (FR 119/124)	50.307,18	51.902,43
Transferências de Convênios ou de Contratos de Repasse vinculados à Educação (FR 125/120)	(213.995,63)	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação (FR 190)	2,94	2,92
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual (FR 213)	(1.812,98)	20.164,83
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde (FR 214)	521.541,53	(67.176,66)
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde (FR 215)	12.985,25	6.020,17
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS (FR 311)	229.715,19	133.358,08
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social (FR 390)	5.098,25	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse da União (FR 510)	583.957,74	705.797,94
Outras Transferências de Convênios ou Contratos de Repasse dos Estados (FR 520)	1.943,42	3.007,68
Transferência da União Referente a Royalties (FR 530)	56.812,65	371.851,92
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE (FR 610)	9.595,71	139,01
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP (FR 620)	12.216,06	423,56
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	1.418.117,26	(79.910,92)

Fonte: Sistema TCE/Sagres Contábil – Demonstrativo Balanço Patrimonial

Tabela 36 - Quociente da Situação Financeira - QSF:

Especificações	Valor (R\$)
Ativo Financeiro Consolidado (A)	3.434.025,32



Ativo Financeiro Previdenciário (B)	0,00
Ativo Financeiro Não Previdenciário (C) = (A - B)	3.434.025,32
Passivo Financeiro Consolidado (D)	2.015.908,06
Passivo Financeiro Previdenciário (E)	0,00
Passivo Financeiro Não Previdenciário (F) = (D - E)	2.015.908,06
Quociente de Situação Financeira (C / F)	1,70
Diferença (C - F)	1.418.117,26

Fonte: Sistema TCE/Sagres Contábil – Demonstrativo Balanço Patrimonial.

Esse resultado indica que para cada R\$ 1,00 de Passivo Financeiro há R\$ 1,70 de Ativo Financeiro. Vê-se, portanto, a ocorrência de **superávit financeiro**.

Essa situação demonstra **equilíbrio** das contas públicas, sendo **observado** o disposto no art 1º, § 1º, da LRF.

5.1.4 Demonstração das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

Após análise do demonstrativo, verificou-se que o documento atende o padrão exigido no MCASP.

Tabela 37 - Demonstração das Variações Patrimoniais:

VARIÁÇÕES PATRIMONIAIS		
Títulos	Exercício Atual R\$	Exercício Anterior R\$
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	26.108.318,71	24.220.722,69
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.553.161,09	6.520.265,16
Contribuições	237.925,55	77.737,85
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	103.193,66
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	13.316,99	31.736,26
Transferências e Delegações Recebidas	18.018.152,07	16.199.290,54
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	42.480,88	11.510,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	243.282,13	1.276.989,22
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	20.507.159,80	19.979.669,66
Pessoal e Encargos	11.902.638,16	10.008.847,18
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	7.848.119,74	9.723.627,74
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	117.538,55	17.685,00
Transferências e Delegações Concedidas	0,00	2.432,67
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	80.000,00	0,00
Tributárias	245.150,23	210.577,07
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	313.713,12	16.500,00
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	5.601.158,91	4.241.053,03

Demonstração das Variações Patrimoniais – Sagres Demonstrativos. **Peça 4.**

5.2 Demonstração da Dívida Fundada Interna

A Dívida Fundada Interna demonstra a movimentação dos compromissos assumidos pelo Poder Público Municipal que repercutirão no Patrimônio Público, por mais de um exercício financeiro, incluindo as operações de crédito a longo prazo e os débitos consolidados.

Tabela 38 - Demonstração da Dívida Fundada Interna:

AUTORIZAÇÕES			SALDO ANTERIOR EM CIRCULAÇÃO	MOVIMENTO DO EXERCÍCIO		SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	
Lei (Nº e Data)	Qtd	Valor da Emissão	Saldo Anterior em Circulação	Emissão	Resgate	Qtd	Valor
ENTIDADES CREDORAS - CONTRIBUIÇÕES AO RGPS - DÉBITO PARCELADO				96.949,57	65.629,33		31.320,24
TOTAL				96.949,57	65.629,33		31.320,24

Anexo 16 - Demonstrativo da Dívida Fundada Interna. **Peça 5.**

5.3 Demonstração da Dívida Flutuante

A movimentação ocorrida na Dívida Flutuante, ou Administrativa, do município, no exercício em questão, é demonstrada através deste anexo contábil:

Tabela 39 - Demonstração da Dívida Flutuante:

Títulos	Saldo do Exercício Anterior (R\$)	Movimento no Exercício (R\$)		Saldo para o Exercício Seguinte (R\$)
		Inscrição (R\$)	Baixa (R\$)	
Restos a Pagar	1.218.968,90	918.896,83	1.218.817,06	919.048,67
Serviços de Dívida a Pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos	1.020.003,45	2.082.089,75	2.055.546,58	1.046.546,62
Débitos de Tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros (Diversos)	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	2.238.972,35	3.000.986,58	3.274.363,64	1.965.595,29

Anexo 17 - Demonstrativo da Dívida Flutuante. **Peça 6.**

5.4 Limite de endividamento (QLE) e contratação de operações de créditos (QDPC)

O limite de endividamento do exercício do Município é definido pelo artigo 3º, inciso II, da Resolução do Senado Federal nº 40/2001, o qual estabelece que a Dívida Consolidada Líquida não pode ultrapassar o percentual máximo de 120% da Receita Corrente Líquida.

Tabela 40 - Quociente do Limite de Endividamento - QLE:

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	
Especificações	Valor
Dívida Consolidada - DC (A)	31.320,24
Deduções (B)	2.549.234,37
Dívida Consolidada Líquida - DCL (C) = (A - B)	(2.517.914,13)
Receita Corrente Líquida (D)	25.266.548,99
% da DCL sobre a RCL (C/D)	(9,97)
Limite (120 % sobre a RCL)	30.319.858,79

Fonte: Sagres Contábil – Anexo 02.

Dívida Consolidada Líquida corresponde à dívida pública consolidada menos as deduções que compreendem o ativo disponível e os haveres financeiros, líquidos dos Restos a Pagar Processados.

Apurou-se, conforme a tabela 40, que o município de Lagoa do Barro não possui Dívida Consolidada Líquida, considerando que a disponibilidade financeira é maior que as obrigações. Estando, portanto, dentro do limite de comprometimento de 120% da RCL definida pela Resolução nº 40/2001 do Senado Federal.



Tabela 41 - Quadro do Quociente da Dívida Pública Contratada - QDPC:

Especificações	Valor
Mobiliária	0,00
Interna	0,00
Externa	0,00
Contratual	0,00
Interna	0,00
Externa	0,00
Total das Operações de Crédito (A)	0,00
Receita Corrente Líquida - RCL (B)	25.266.548,99
Operações Vedadas (C)	0,00
Operações de Crédito Internas Não sujeitas ao limite para fins de contratação (D)	0,00
Operações de Crédito Externas Não sujeitas ao limite para fins de contratação (E)	0,00
Total Considerado para fins do Cumprimento do Limite (F) = (A + C - D - E)	0,00
% sobre a RCL (F / B)	0,00
Limite para as Operações de Créditos Internas e Externas (16% sobre a RCL)	4.042.647,84
Operações de Crédito por Antecipação da Receita Orçamentária (ARO)	0,00
Limite para as Operações de Créditos por ARO (7% sobre a RCL)	1.768.658,43

Fonte: Sagres Contábil – Anexo 02.

Dívida Consolidada ou Fundada, para fins do disposto na LRF, corresponde ao montante total das obrigações financeiras, apurado sem duplicidade (excluídas obrigações entre órgãos da administração direta e entre estes e as entidades da administração indireta).

O município está cumprindo o limite de contratação (16,00%) estabelecido no art. 7º, I, da Resolução do Senado Federal nº 43/2001, visto que não houve contratação de obrigações de longo prazo no exercício.

6 RESULTADO DO DESEMPENHO GOVERNAMENTAL

Este tópico trata da avaliação dos resultados da atuação governamental do município na perspectiva das políticas públicas empreendidas ao longo do exercício de 2020.

Deste modo, serão analisados o Indicador da Taxa de Distorção Idade-Série e o Portal da Transparência.

6.1 Distorção Idade Série

O Indicador de Taxa de Distorção Idade-Série permite avaliar o percentual de alunos que tem dois ou mais anos de idade acima do recomendado em determinada série.

A Lei 9.394/1996 determina que a criança deve ingressar aos 6 anos no 1º ano de ensino fundamental e concluir a etapa aos 14.

O cálculo da distorção idade-série é realizado a partir de dados coletados no Censo Escolar, por meio da captura de todas as informações das matrículas com respectivas idades.

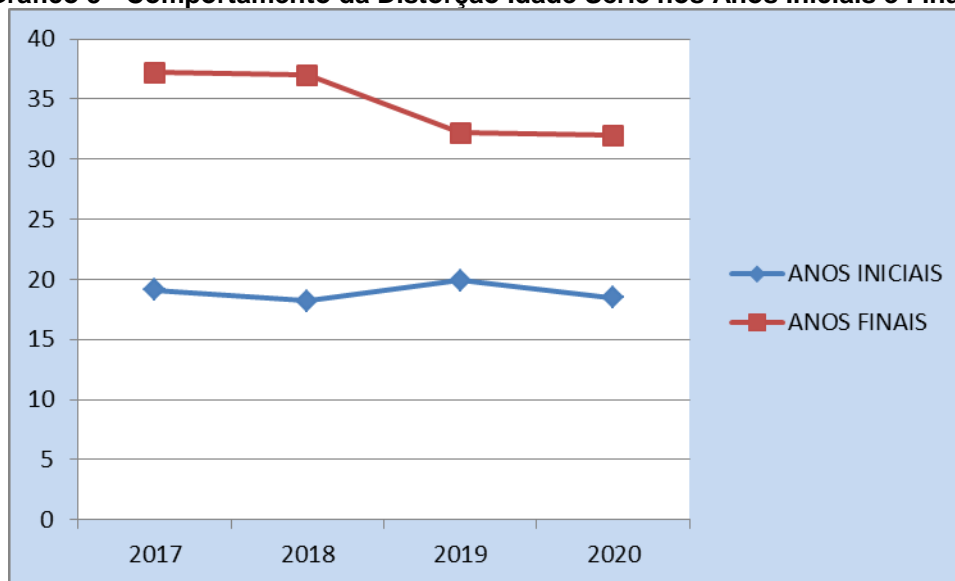
Os seguintes dados da P. M. de Lagoa do Barro do Piauí foram coletados no site do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

Tabela 42 - Comparativo da Distorção Idade Série Anos Iniciais e Finais nos quatro últimos exercícios:

MUNICÍPIO	ANOS INICIAIS				ANOS FINAIS			
	2017	2018	2019	2020	2017	2018	2019	2020
LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ	19,1	18,2	19,9	18,5	37,2	37,0	32,2	32,0

(<http://portal.inep.gov.br/web/guest/indicadores-educacionais>):

Gráfico 5 - Comportamento da Distorção Idade Série nos Anos Iniciais e Finais:



O indicador da distorção idade-série dos anos iniciais (4ª Série/5º Ano) apresentou uma pequena queda no período de 2017 a 2020 como mostra o gráfico acima, observando-se uma melhora na taxa de distorção. O gestor deve continuar a implementar políticas públicas que visem a sanar a distorção idade-série nos anos iniciais.

O indicador da distorção idade-série dos anos finais (8ª Série/9º Ano) vem caindo no período de 2017 a 2020, entretanto permanece com índice elevado. O gestor necessita implementar políticas públicas que visem reduzir e/ou eliminar definitivamente a ocorrência de distorção idade-série.

6.2 Avaliação Portal da Transparência

O portal institucional de transparência do município foi avaliado por esta Corte de Contas segundo os critérios estabelecidos no Anexo I da Instrução Normativa TCE nº 01/2019.

A P.M. de Lagoa do Barro do Piauí a nota **49,11%** enquadrando-se na faixa de resultado **DEFICIENTE**, conforme Chek List – peça 9 fls. 50 a 57.

Conforme o disposto no art. 10 da IN no 01/2019, os índices de transparência apurados nos termos desta Instrução Normativa, e que forem informados em processos instaurados no TCE/PI em data anterior à vigência desta norma, terão caráter informativo e pedagógico.



Tabela 43 - Faixa de Resultado X Critérios:

Faixa de Resultado	Critérios
Elevado	igual ou superior a 75%
Mediano	igual ou superior a 50% e inferior a 75%
Deficiente	igual ou superior a 25% e inferior a 50%
Crítico	superior a 0% e inferior a 25%
Inexistente	igual a 0%



7 RESUMO

7.1 Resumo dos limites legais e bases de cálculo:

BASES PARA CÁLCULOS DOS LIMITES LEGAIS			
ESPECIFICAÇÃO		SIGLA	VALOR (R\$)
Receita Efetiva do Exercício Anterior		(REEA)	15.433.403,69
Receita Efetiva do Exercício		(REE)	17.289.157,24
Receita Corrente Líquida		(RCL)	25.266.548,99
Receita de Impostos e Transferências		(RIT)	16.988.605,27
Recursos Recebidos pelo FUNDEB		(RRF)	4.611.615,89
Repasse da Câmara (Valor informado pela Câmara)		(RC)	1.079.529,54
Previsão da Receita		(PR)	24.932.611,00
ITEM DO RELATÓRIO	SITUAÇÃO ENCONTRADA	LIMITE CONSTATADO	LIMITE LEGAL
4.1.2	Abertura de créditos adicionais suplementares até o limite autorizado	44,56	50,00
4.2.2.2	Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino superior ao limite legal	25,07	25,00
4.2.2.4	Gasto com ações e serviços de saúde superior ao limite legal	16,63	15,00
4.2.2.3.5	Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB superior ao limite legal	84,16	60,00
4.2.2.5	Despesas com pessoal do Poder Executivo até o limite legal	43,93	54,00

7.2 Resumo das ocorrências

PODER EXECUTIVO CONTAS DE GOVERNO	
ITEM DO RELATÓRIO	SITUAÇÃO ENCONTRADA
3.4	Peças Ausentes
4.1.2.1	Publicação de decretos fora do prazo
6.1	Distorção Idade Série: Anos Iniciais 18,5% e Anos Finais: 32,0%
6.2	Portal da Transparência – Resultado DEFICIENTE com a nota 49,11%



8 CONCLUSÃO

Diante do trabalho aqui relatado, a ***Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal*** considera o presente processo em condições de ser submetido à apreciação superior, emitindo ***opinião modificada com as ressalvas elencadas no item 7.2*** deste Relatório Preliminar, conforme art. 2º, VII, c/c art. 29 da Resolução TCE/PI n.º 11/2021. Destarte, sugere-se a conversão desta peça preliminar em Relatório Técnico de Instrução, sem a necessidade de citação do Chefe do Poder Executivo, nos termos previstos no art. 7º do mesmo diploma normativo, sendo cabível a expedição das recomendações e determinações pertinentes para que não se repitam em exercícios subseqüentes as ocorrências identificadas.

No mais, esta unidade técnica se coloca à disposição do Sr. Relator Jaylson Fabianh Lopes Campelo para os esclarecimentos que se fizerem necessários.

É o Relatório.

Teresina (PI), 28 de Outubro de 2021.

(assinado digitalmente)

Cintia Roberta Silveira Reis Albuquerque
Auditora de Controle Externo

VISTO:

(assinado digitalmente)

Eridan Soares Coutinho Monteiro
Auditor de Controle Externo
Chefe da DFAM I

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Auditor de Controle Externo
Diretor Substituto da DFAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PIAUÍ
Av. Pedro Freitas, 2100 – Centro Administrativo – Teresina-PI-
CEP:64018-900
Tel.: (86) 3215-3956 – Email: tce@tce.pi.gov.br



FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

Teresina, 29 de outubro de 2021

Ao.....: Gab. Jaylson Fabianh Lopes Campelo
Órgão...: P. M. de Lagoa do Barro do Piauí
Assunto: Relatório de Análise para citação

Exmº Sr. Relator,

Nesta data, faço estes autos, Processo TC – 016977/2020, referente à Prestação de Contas Anual – Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, relativo ao exercício de 2020, conclusos ao Exmº Sr. Relator, acompanhado de uma via do Relatório de Análise, elaborado pela Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM (peça nº 10) para citar o Responsável Municipal detalhado na fl. 02, “cabeçalho” e as demais providências cabíveis.

Respeitosamente,

(assinado digitalmente)

Vilmar Barros Miranda
Auditor de Controle Externo
Diretor Substituto da DFAM

TRIBUNAL
DE CONTAS
DO ESTADO
DO PIAUÍ



Gabinete Conselheiro Substituto Jaylson Campelo



AO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS,

Ref. TC/016977/2020

Considerando a emissão de opinião modificada com as ressalvas elencadas no item 7.2 do Relatório Preliminar da DFAM, nos termos do art. 2º, VII, c/c art. 29 da Resolução TCE/PI n.º 11/2021, converte-se o Relatório Técnico Preliminar (Peça 10) em Relatório Técnico de Instrução, sem a necessidade de citação do Chefe do Poder Executivo para apresentação de defesa, em razão da ausência de prejuízo à parte, encerrando-se a fase de instrução processual, conforme art. 319 do RITCE, nos termos do artigo 7º da Resolução TCE/PI n.º 11/2021.

Assim, encaminham-se os presentes autos para análise e manifestação.

Teresina, 03 de novembro de 2021.

(assinado digitalmente)

JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

- Conselheiro Substituto -



EXMO. SR. RELATOR CONSELHEIRO SUBSTITUTO JAYLSON CAMPELO

PROCESSO TC/016977/2020
ASSUNTO..... PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO
INTERESSADO..... PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ
PREFEITO..... GILSON NUNES DE SOUSA
RELATOR..... JAYLSON CAMPELO
Parecer nº 2021LM0167

Exercício: 2020
PERÍODO
(01/01/2020 – 31/12/2020)

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ. Publicação dos decretos de abertura de crédito adicional fora do prazo. Distorção idade-série. Portal da Transparência deficiente. Recomendação de emissão de parecer prévio pela aprovação das contas de governo.

1 RELATÓRIO

Trata o processo de prestação de contas de governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, referente ao exercício financeiro de 2020.

A Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM realizou a análise da prestação de contas e emitiu relatório de fiscalização à peça 10.

Despacho do relator de peça 12, determinando a conversão do relatório preliminar em relatório de instrução, com a dispensa de citação do chefe do poder executivo, em razão de ausência de prejuízo a parte, nos termos do art. 2º, VII, c/c art. 29 da Resolução TCE-PI nº 11/2021.

O processo foi encaminhado ao Ministério Público de Contas (MPC) para manifestação.

É o relatório. Opina-se.



2 FUNDAMENTAÇÃO

2.1 CONTAS DE GESTÃO

Na análise das contas (peça 10), a DFAM apurou os limites constitucionais e legais estabelecidos para o Executivo para verificar o cumprimento e ainda apontou ocorrências detectadas na prestação de contas.

O relatório preliminar da DFAM foi convertido em relatório de instrução, nos termos do despacho do relator de peça 12.

Portanto, **este parecer ministerial baseia-se no relatório emitido pela DFAM (peça 10), que identificou as ocorrências expostas a seguir:**

Quanto aos índices constitucionais e legais obrigatórios às Prefeituras Municipais e verificou que foram **cumpridos** os seguintes índices:

- Abertura de créditos adicionais suplementares, que alcançou 44,56%, cumprindo o limite de 50,0% estabelecido pelo Poder Legislativo;
- Gasto com manutenção e desenvolvimento do ensino foi superior ao limite mínimo legal, pois alcançou 25,07%, cumprindo o limite estabelecido de 25%.
- Gasto com ações e serviços públicos de saúde alcançou 16,63%, ficando acima do limite mínimo legal, que é de 15%;
- Gasto com os profissionais do magistério/FUNDEB que foram superiores ao limite mínimo legal (60%), pois atingiram 84,16%;
- Gasto com despesas com pessoal do Poder Executivo, que alcançou 43,93% ficando abaixo do limite legal de 54,00%, estando acima do limite de alerta previsto no art. 59, inciso II do §1º da LRF.
- O percentual do repasse da prefeitura para a câmara municipal, que atingiu 6,99% ficando abaixo do percentual estabelecido pela Constituição Federal é de 7%;

Apesar do cumprimento dos índices constitucionais e legais acima descritos, a DFAM detectou ocorrências que serão descritas a seguir juntamente com a identificação dos documentos em que constam os achados da equipe de fiscalização.

2.1.1 Publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89

(fl. 12, peça 10): os auditores da DFAM verificaram decretos suplementares publicados em prazos superiores ao permitido pelas normas legais, contrariando o disposto no art. 28, caput, II, c/c parágrafo único da CE/89, que estabelece a obrigatoriedade de publicação dos decretos e que seja no prazo de 10 dias a partir da conclusão do ato. Acrescentou-se que a publicação no prazo é condição de validade e eficácia do ato administrativo e somente com sua realização o ato pode produzir seus efeitos de modo que o mencionado vício implica ordenação de espessa não devidamente autorizada.



TC/016977/2020 - P.M. de Lagoa do Barro do Piauí - 2020

2.1.2 Distorção Idade Série (fls. 31/32, peça 10): de acordo com a DFAM, “o indicador da distorção idade-série dos anos finais (8ª Série/9º Ano) vem caindo no período de 2017 a 2020, entretanto permanece com índice elevado. O gestor necessita implementar políticas públicas que visem reduzir e/ou eliminar definitivamente a ocorrência de distorção idade-série”.

2.1.3 Avaliação – Portal da Transparência (fl. 32, peça 10): a avaliação do portal da transparência do município em tela obteve a nota **49,11%** enquadrando-se na faixa de **resultado deficiente**, conforme checklist de fls. 50/57 da peça 09.

As ocorrências acima listadas foram identificadas no relatório preliminar da DFAM. Todavia, em razão da dispensa de citação do gestor por determinação do relator, com base no art. 7º da Resolução TCE-PI nº 11/2021, e considerando que não foram identificadas falhas graves, o MPC opina pela aprovação das contas de governo, **recomendando-se ao gestor que observe o prazo de publicação dos decretos, a necessidade de implementação de políticas públicas que eliminem definitivamente a distorção idade-série e que promova a adequação do portal da transparência, a fim de que cumpra o seu papel de controle social.**

3 CONCLUSÃO

Ante o exposto, considerando o disposto no art. 7º da Resolução TCE-PI nº 11/2021, opina o MPC/TCE pela emissão de parecer prévio recomendando **aprovação das contas de governo** da prefeitura municipal de Lagoa do Barro do Piauí, conforme art. 120, da Lei Estadual nº 5.888/09 e no art. 32, § 1º da Constituição Estadual, observando-se as recomendações propostas neste parecer.

É o parecer,

Teresina, 09 de novembro de 2021.

Leandro Maciel do Nascimento

Procurador do Ministério Público de Contas – PI

(Assinado digitalmente)



Estado do Piauí
Tribunal de Contas
Gab. Cons. Subs. Jaylson Campelo



Processo: TC 016977/2020

Assunto: Prestação de Contas de Governo - Exercício de 2020

Interessado: Município de Lagoa do Barro do Piauí

Prefeito: Gilson Nunes de Sousa

Relator: Jaylson Fabianh Lopes Campelo

Procurador: Leandro Maciel do Nascimento

1. RELATÓRIO

Trata o processo da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, exercício de 2020.

Após análise, a DFAM emitiu relatório (Peça 10) registrando o cumprimento dos índices legalmente estabelecidos. Também, os seguintes apontamentos: publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89; Distorção Idade Série e Avaliação – Portal da Transparência com resultado: deficiente.

À Peça 12, foi determinada a conversão do relatório preliminar em, de instrução, com a dispensa de citação do chefe do poder executivo, dada a ausência de prejuízo à parte, com amparo no art. 2º, VII, c/c art. 29 da Resolução TCE-PI Nº. 11/2021.

O Ministério Público de Contas, Parecer Nº. 2021LM0167, opina pela emissão de parecer prévio recomendando aprovação das presentes contas.

É o Relatório.

Desta feita, tendo em vista a análise conclusa dos autos, encaminhem-se os mesmos para inclusão em PAUTA.

Teresina, 10 de novembro de 2021.

(assinado digitalmente)

JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO

- Relator -



Estado do Piauí Tribunal de Contas

FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO

PRIMEIRA CÂMARA

Incluído na Pauta de Julgamento da Primeira Câmara nº 44 de 14/12/2021.

Secretaria da Primeira Câmara/Secretaria das Sessões do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 10 de novembro de 2021.

(ASSINADO DIGITALMENTE)
Jean Carlos Andrade Soares
Secretário da Primeira Câmara



PROCESSO: TC/016977/2020

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2020 - CONTAS DE GOVERNO.

INTERESSADO: MUNICÍPIO DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ.

PREFEITO: GILSON NUNES DE SOUSA.

RELATOR: JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO.

1. RELATÓRIO

Trata o processo da Prestação de Contas de Governo da Prefeitura Municipal de Lagoa do Barro do Piauí, exercício de 2020.

Após análise, a DFAM emitiu relatório (Peça 10) registrando o cumprimento dos índices legalmente estabelecidos. Também, os seguintes apontamentos: publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89; Distorção Idade Série e Avaliação – Portal da Transparência com resultado: deficiente.

À Peça 12, foi determinada a conversão do relatório preliminar em, de instrução, com a dispensa de citação do chefe do poder executivo, dada a ausência de prejuízo à parte, tudo com amparo no art. 2º, VII, c/c art. 29 da Resolução TCE-PI Nº. 11/2021.

O Ministério Público de Contas, Parecer Nº. 2021LM0167, opina pela emissão de parecer prévio recomendando aprovação das presentes contas.

2. FUNDAMENTAÇÃO

2.1.1 Publicação dos decretos fora do prazo (Constituição Estadual do Piauí/89).

Os decretos foram publicados em prazos superiores ao permitido (art. 28, caput, II, c/c parágrafo único da CE/89), sendo a obrigatoriedade de publicação no prazo de 10 dias a partir da conclusão do ato. Fls. 12, Peça 10. Contudo, constitui a falha em formalidade que não enseja prejuízo ao erário.



2.1.2 Distorção Idade Série (fls. 31/32, Peça 10)

Conforme a DFAM, o indicador da distorção idade-série dos anos finais (8ª Série/9º Ano) vem caindo no período de 2017 a 2020, entretanto, o índice permanece elevado.

2.1.3 Avaliação – Portal da Transparência (fl. 32, Peça 10)

A avaliação do portal obteve a nota 49,11% enquadrando-se na faixa de resultado deficiente (*checklist* à Peça 09, fls. 50/57).

3. VOTO

Diante do exposto, em consonância com o Ministério Público de Contas, sou pela emissão de parecer recomendando a aprovação das Contas de Governo do Chefe do Executivo Municipal, a teor do art. 120, da Lei Nº. 5.888/09 e art. 32, §1º da Constituição Estadual.

Teresina-PI, 14 de dezembro de 2021.

(assinado digitalmente)

JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO
- Relator -



Estado do Piauí

Tribunal de Contas



SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA CÂMARA Nº 44 DE 14 DE DEZEMBRO DE 2021.

DECISÃO Nº 1.040/2021. TC/016977/2020 – PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ-PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020). Relator: Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo.

QUANTO ÀS CONTAS DE GOVERNO:

PREFEITURA MUNICIPAL.

Prefeito: Gilson Nunes de Sousa.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/35 da peça 10, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/03 da peça 13, o voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/02 da peça 16, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a **aprovação**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Presentes: Cons.^a Flora Izabel Nobre Rodrigues (Presidente *em exercício*); Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em razão da ausência momentânea justificada do Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, em razão da ausência momentânea justificada do Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procuradora Raïssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

Sessão da Primeira Câmara, em Teresina, 14 de dezembro de 2021.

(ASSINADO DIGITALMENTE)
Jean Carlos Andrade Soares
Secretário da Primeira Câmara

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - JEAN CARLOS ANDRADE SOARES - 14/12/2021 15:04:04



ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE CONTAS
GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO



PARECER PRÉVIO Nº 171/2021-SPC

PROCESSO: TC/016977/2020

DECISÃO Nº 1.040/2021.

ASSUNTO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ - PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020).

PREFEITO: GILSON NUNES DE SOUSA

RELATOR: CONS. SUBSTITUTO JAYLSON FABIANH LOPES CAMPELO.

PROCURADOR: LEANDRO MACIEL DO NASCIMENTO

EMENTA: PRESTAÇÃO DE CONTAS. PUBLICAÇÃO DOS DECRETOS FORA DO PRAZO. PARECER PRÉVIO RECOMENDANDO A APROVAÇÃO.

1. A publicação dos decretos deve obedecer a prazos superiores ao permitido (art. 28, caput, II, c/c parágrafo único da CE/89), sendo a obrigatoriedade de publicação no prazo de 10 dias a partir da conclusão do ato.

SUMÁRIO: PRESTAÇÃO DE CONTAS DE GOVERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO BARRO DO PIAUÍ - PI (EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020). Pela emissão de parecer prévio recomendando a Aprovação. Decisão unânime.

Síntese de impropriedade/falha apurada: a) publicação dos decretos fora do prazo estabelecido na Constituição Estadual do Piauí/89; b) Distorção Idade Série; e c) Avaliação – Portal da Transparência com resultado: deficiente.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, considerando as informações da I Divisão Técnica da Diretoria de Fiscalização da Administração Municipal – DFAM, às fls. 01/35 da peça 10, a manifestação do Ministério Público de Contas, às fls. 01/03 da peça 13, o voto do Relator Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, às fls. 01/02 da peça 16, e o mais que dos autos consta, decidiu a Primeira Câmara, unânime, de acordo com a manifestação do Ministério Público de Contas, pela emissão de parecer prévio recomendando a **aprovação**, com fundamento no art. 31, § 2º da Constituição Federal, no art. 32, § 1º da Constituição Estadual do



ESTADO DO PIAUÍ
TRIBUNAL DE CONTAS
GAB. CONS. SUBS. JAYLSON CAMPELO



Piauí, nos arts. 61 a 63 e 120 da Lei Estadual nº 5.888/09 e nos termos do voto do Relator.

Presentes: Cons.^a Flora Izabel Nobre Rodrigues (Presidente em exercício); Cons. Substituto Jaylson Fabianh Lopes Campelo, em razão da ausência momentânea justificada do Cons. Kleber Dantas Eulálio; e Cons. Substituto Jackson Nobre Veras, em razão da ausência momentânea justificada do Cons. Olavo Rebêlo de Carvalho Filho.

Representante do Ministério Público de Contas presente: Procuradora Raíssa Maria Rezende de Deus Barbosa.

Publique-se e cumpra-se.

Sessão Ordinária da Primeira Câmara nº 44, em Teresina, 14 de dezembro de 2021.

(assinado digitalmente)
Cons. Subst. Jaylson Fabianh Lopes Campelo
- Relator -

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

A visualização desta peça ocorrerá quando da juntada da certidão de transcurso de prazo para defesa/justificativas, conforme [Decisão Plenária N° 1174/19 de 19/09/2019](#).

TERMO DE ARQUIVAMENTO

Nesta data archive-se o processo nº T/016977/2020, tendo em vista que o mesmo já foi finalizado.

Sala da Seção de Arquivo/Divisão de Patrimônio e Lojista/Diretoria Administrativa do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, em Teresina, 27 de outubro de 2022.

(assinado digitalmente)

Luís Marinho de Sousa

Matricula nº. 02133-4

Técnico de Controle Externo

Assinado Digitalmente pelo sistema e-TCE - Luiz Marinho de Sousa - 27/10/2022 09:52:44